

# ACORDO ORTOGRÁFICO: UM *PUZZLE* DE OITO CABEÇAS

Eliana Vanessa F. B. Palma

---

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino do  
Português como Língua Segunda e Estrangeira

Março de 2010

(Eliana Vanessa F. B. Palma, Acordo  
ortográfico: um puzzle de oito cabeças,  
2010)



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria do Rosário Laureano Santos

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

---

Lisboa, .... de ..... de .....

*Aos meus pais por tudo o que fizeram por mim*

*até ao dia de hoje.*

*À minha avó por nunca desistir de mim.*

*E ao que eu abdiquei por isto.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, o meu mais sincero obrigado à professora Maria do Rosário Laureano Santos, pela ajuda, paciência e amizade.

À minha irmã por me perguntar quase todos os dias “mana, quantas páginas já tens?”

À Glória Pinheiro pelo seu contributo e disponibilidade.

À Joana Lourenço por me lembrar várias vezes “Been there, done that” e que ela sobreviveu

To Philipp Lesch for all those times he told me how proud he was and helped me not giving up.

Ao Rodrigo Araújo pela ajuda dada, aquando da escolha do tema para esta dissertação.

## **RESUMO**

Com a presente investigação procura-se contribuir para o estudo do novo Acordo Ortográfico, recentemente implementado. Para tal, elegeram-se dois documentos base, os documentos oficiais do Acordo Ortográfico de 1990, que nunca chegou a ser rectificado, e o Acordo Ortográfico de 2009, recentemente aplicado em diversos países de expressão portuguesa. Os dois documentos visam esclarecer e apresentar as regras patentes na nova reforma ortográfica.

Este trabalho debruça-se, também, sobre políticas linguísticas a adoptar para preservar e expandir a língua portuguesa e, ainda, em que medida este novo Acordo visa assegurar o ensino do Português como Língua Segunda ou Língua Estrangeira.

A investigação aqui realizada pretende não só chegar a conclusões particulares sobre este assunto, mas também servir de ponto de partida para um estudo mais aprofundado, e necessariamente mais completo, visto muitas perguntas serem, neste momento, de impossível resposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acordo Ortográfico, Reforma ortográfica, Português europeu, Português do Brasil, Norma

## **ABSTRACT**

The present research paper's goal is to contribute to the study of the recently implemented Portuguese Language Orthographic Agreement. As such, two base documents were selected: - the official documents of the 1990 Portuguese Language Orthographic Agreement, which has never been ratified, and the 2009 one, recently implemented in several Portuguese speaking countries. Both documents aim to clarify and show the rules of the new orthographic reform.

This paper also approaches the linguistic policies to be adopted in order to preserve and expand the Portuguese Language and also the terms how this new Agreement intends to ensure Portuguese teaching as a Second Language or Foreign Language.

This research paper aims to reach not only specific conclusions on this subject, but to be a starting point for a more thorough analysis, and consequently a more complete analysis, taking into account that currently many questions remain unanswered.

KEYWORDS: Orthographic Agreement, Orthographic Reform, European Portuguese, Brazilian Portuguese

**Acordo Ortográfico: Um *puzzle* de oito cabeças**

-

**Eliana Vanessa F. B. Palma**

# ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Os acordos ortográficos ao longo do séc. XX: para a unidade e defesa de uma norma comum.....	4
I. 1. História dos acordos ortográficos a partir do séc. XX	
I. 2. Bases – Mutações ao longo dos vários acordos .....	15
Capítulo II: O novo Acordo Ortográfico de 2009.....	17
II. 1. Alterações na Ortografia portuguesa com o novo Acordo – apresentação das Bases do Acordo Ortográfico de 2009	
Capítulo III: Os pontos fortes e os pontos fracos .....	30
III. 1 Defesa e rejeição do Acordo de 2009	
III. 2. Argumentos a favor – uma só língua, uma só ortografia. ....	32
III. 3. Argumentos contra.....	36
III. 4. A prática do Acordo Ortográfico .....	41
Capítulo IV: Políticas Linguísticas na defesa da língua portuguesa.....	43
IV. 1. O português luso-africano e o português do Brasil – uma língua, duas normas cultas	
IV. 2. Ensino do português para estrangeiros; o crescimento do ensino e políticas adoptadas para fazer face ao problema .....	47
Conclusão .....	54
Anexos .....	56



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

PLM – Português Língua Materna

PLMN – Português Língua Não Materna

L2 – Língua Segunda

LE - Língua Estrangeira

PALOP – Países de língua oficial Portuguesa

CPLP – Comunidade dos países de língua portuguesa

VOLP – Vocabulário Ortográfico da língua portuguesa

VOP – Vocabulário Ortográfico do Português

ILTEC – Instituto de Linguística teórica e computacional

APP – Associação de professores de Português

## Introdução:

Por ser um assunto que é muito actual e problemático, achamos pertinente abordar algumas questões sobre esta polémica que muita tinta tem feito correr. As opiniões diferem e, entre especialistas da língua e utentes desta, muitas são as opiniões acerca de um assunto que se estende quase há um século em Portugal. O acordo ortográfico bilateral, entre Portugal e Brasil, prolonga-se há vários anos, cerca de setenta.

O início do séc. XX, concretamente o ano de 1911, marca o começo de um longo caminho, pelo qual a nossa ortografia irá passar, até chegar ao Acordo de 2009. A partir desse ano são muitas as reformas, pelas quais a ortografia portuguesa passou, tanto deste lado do oceano como do outro, mais precisamente na terra de Vera Cruz.

Se em 1911, só Portugal adoptou o novo Acordo, refutando o Brasil esta nova organização escrita, nos dias que correm a busca pela unificação linguística leva os sete estados membros da CPLP a procurar uma escrita que deixe o Português com uma única norma culta, ao invés das duas normas, a portuguesa e a brasileira.

Outras línguas europeias como o Espanhol e o Inglês, ultrapassaram este problema sem recorrer a acordos. Espanha e Inglaterra preferiram dar projecção do seu idioma, pondo de lado a unificação e uma norma comum. Espanha tem a sua língua representada em vários pontos do continente americano, sendo que se distingue facilmente as diferenças dialectais e de vocabulário entre esses países e o que em tempos foi seu colonizador; já a Inglaterra tem a sua língua como uma das mais faladas do mundo e cedo descobriu que independentemente de como se dizia na Austrália, América ou no Reino Unido, o que importava era manter a língua espalhada, visto não ser possível a unificação completa.

Foi longo o caminho que se percorreu até chegar ao Acordo que entrou recentemente em vigor (2009), e entre 1931 – ano em que Portugal e Brasil tentam pela primeira vez um acordo unilateral – e 2009 muitas foram as tentativas para tornar a “língua de Camões” uma só, na sua forma culta.

O desejo de unificação linguística entre Portugal e o Brasil é uma questão antiga que remonta à independência deste último país, em 1822. Portugal não conseguiu reprimir o desejo brasileiro de se mostrar um país independente e de marcar essa independência. Foram algumas as medidas tomadas para marcar a identidade brasileira, e a língua foi um dos instrumentos principais. Aceitou o Português como idioma oficial, mas modificou-o

para elevar a voz do povo que já não dependia do seu colonizador. Este desejo de o Brasil se afirmar como país independente levou-o ao afastamento linguístico durante aproximadamente um século e, em 1931, iniciou-se um longo percurso do primeiro acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil.

Contudo, não podemos esquecer que existem, além de Portugal e Brasil, mais sete países que têm o Português como sua língua oficial, formando a CPLP.

Será sobre os vários acordos pelos quais a língua portuguesa tem passado que irá incidir este nosso trabalho, focando principalmente os documentos que orientaram o destino da língua portuguesa a partir de 1911.

Iremos ainda apresentar os pontos a favor e contra que se levantam na organização deste acordo e em que medida este foi pensado para o ensino do Português como Língua Materna (PLM) e Língua Não Materna (PLNM), abarcando o PLNM ambas as designações de Português como Língua Segunda (PL2) e Português como Língua Estrangeira (PLE), segundo Paulo Osório<sup>1</sup>,

Assim, e antes de iniciarmos o nosso estudo sobre o acordo ortográfico, é necessário clarificar alguns conceitos que surgirão neste trabalho. A língua materna ou nativa é a primeira língua que um indivíduo aprende, não sendo esta, necessariamente, a língua oficial do país onde se encontra. Um indivíduo pode ter mais do que uma L1 (casos de bilinguismo) e ao longo da vida pode desenvolver uma maior proficiência noutra língua.

Apesar de não haver um consenso na definição de PL2 e de PLE, seguiremos a explicação dada por Isabel Leiria<sup>2</sup>. O conceito de L2,

“deve ser aplicado para classificar uma língua não nativa na sua aprendizagem e uso dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida”.

Esta funciona ainda como sendo a ou uma das línguas oficiais de um país. Encontra-se presente na vida política e económica e é, ainda, língua de escolarização.

Já LE é designada como uma língua aprendida em contexto de sala de aula, ou seja,

---

<sup>1</sup> OSÓRIO, Paulo (2009) *Abordagem metodológica para o ensino da escrita em contexto de português língua não materna*. Documento disponível no sítio-web: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo12.pdf> (15 de Março 2010).

<sup>2</sup> LEIRIA, Isabel (s.d), Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. Documento disponível no sítio Web: <http://www.aulainter cultural.org/IMG/pdf/portuguesLSeLE.pdf> (15 de Março de 2010)

“pode ser aprendida longe do país de onde a língua é oficial e é utilizada frequentemente no ensino formal (...) Deve ser usado para classificar a aprendizagem e o uso de uma língua em espaços onde a mesma não tem qualquer estatuto sociopolítico”.

O conceito de L2 é aplicável aos países da CPLP, exceptuando Portugal e Brasil que têm o Português como língua materna.

## I. Os acordos ortográficos ao longo do séc. XX: para a unidade e defesa de uma norma comum

### I.1. História dos acordos ortográficos a partir do séc. XX

Nos primeiros séculos de existência, a língua portuguesa, na sua forma escrita, era muito variável. Na verdade este facto ficou a dever-se a dois factores:

1. O português era uma língua vernácula face ao latim, que era língua de cultura, e deste modo o seu ensino era inexistente. Não havia sobre ela uma preocupação linguística, um conhecimento aprofundado. Era uma língua frágil e nada madura, não se pondo a questão da sua uniformização.
2. Por outro lado a falta de norma é usual na formação de uma língua.

Delimitemos, assim, a evolução do Português de acordo com Fernando da Fonseca<sup>3</sup>. A língua portuguesa derivou do Latim, com início nas invasões romanas na península ibérica<sup>4</sup>. Os romanos trouxeram com eles o Latim, que se tornou a base do nosso idioma e sobreviveu no nosso território. O Latim apresentava duas vertentes, o latim literário (escrito) e o latim vulgar (*sermo vulgaris, rusticus, plebeius*); este último por ser unicamente falado conseguiu vingar na península ibérica, sendo o primeiro passo para o que viria a ser a língua portuguesa. Este latim vulgar evoluiu para o latim da Lusitânia, que persistiu depois de invasões de diferentes povos, Alanos, Suevos e Visigodos, na Península Ibérica. Assim, surgiu o Romanço ou Romance (*Romanice laqui*), ao mesmo tempo que o árabe surgia ao lado do latim, sendo este veículo da civilização muçulmana. O Romanço foi tomando características próprias até se tornar no Português. Sobre este assunto Escreve Duarte Nunes de Leão<sup>5</sup>

“ (...) a língua latina que naqueles tempos se falou, pura como em Roma e mesmo no Lácio, até à vinda dos Vândalos, Alanos, Godos e Suevos (...) que sucederam os romanos

---

<sup>3</sup> PEIXOTO DA FONSECA, Fernando Venâncio (1985), *O português entre as línguas do mundo (situação, História, Variedades)*. Coimbra: Livraria Almedina.

<sup>4</sup> A presença dos romanos na Península Ibérica data do ano 218 A.C. ano da segunda Guerra Púnica. No ano 209 A.C., os romanos derrotam os cartagineses e dão início à conquista da Península, exceptuando os Bascos.

<sup>5</sup> NUNES DE LEÃO, Duarte (1606). *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck. Obra disponível no sítio Web [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/dig\\_nacional/cd-digita/jpg/res-277-1-v/index-HTML/M\\_index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/dig_nacional/cd-digita/jpg/res-277-1-v/index-HTML/M_index.html) (10 de Dezembro de 2009)

corromperam a língua latina com a sua (...) [esses povos] influenciaram muitos vocábulos e consigo trouxeram do que se veio fazer a língua que hoje falamos”.<sup>6</sup>

Segundo Paul Teyssier<sup>7</sup> a invasão muçulmana e o movimento de Reconquista, iniciado por D. Afonso Henriques, são acontecimentos determinantes na formação de três línguas peninsulares são elas, o Galego, o Castelhana e o Português.

Assim, a época histórica do Português até chegar aos nossos dias, delimita-se a partir do séc. XII e tem por início a data do primeiro documento conhecido, redigido inteiramente em Português. De 1175, data a Notícia de Fiadores, recentemente descoberta; contudo, durante séculos consideraram-se os primeiros documentos escritos na nossa língua o Testamento de Afonso II, que data de 1214, e a Notícia de Torto, datada também dos inícios do séc. XIII.

Desde que foi fixada, a língua portuguesa, tem sofrido várias alterações, “ (...) principalmente na sua fonética e na sua morfologia”<sup>8</sup>. Geograficamente, o Português é uma língua nascida no norte do país, que a partir da Reconquista aos mouros, se vai estendendo ao território nacional, e posteriormente às colónias e ilhas.

Desde o séc. XIII, até meados do séc. XIV, a língua comum é o galego-português, situado no norte de Portugal e na Galiza; mas, no ano de 1350, extingue-se a escola literária galega, como consequência da deslocação da corte para Lisboa. A capital passa a ser o centro cultural, social e político, e, apesar das constantes deslocações do rei, a área onde havia uma fluência maior situava-se entre Coimbra e Évora.

Depois de em 1537 a universidade se instalar em Coimbra e a cidade de Lisboa ser considerada capital, o domínio da língua passa a ser entre o eixo Coimbra-Lisboa. Será

---

<sup>6</sup> Fizemos uma adaptação livre do texto original que se encontra num português bastante arcaico e com símbolos que não temos nos dias de hoje. As nossas anotações aparecem em *itálico*.

<sup>7</sup> TEYSSIER, Paul (1990), *História da língua portuguesa*. Lisboa: Edições Sá da Costa

<sup>8</sup> PEIXOTO DA FONSECA, Fernando Venâncio (1985) *op. cit.* p.104

partir desse eixo que se situará a norma que comumente ainda hoje denominamos Português-padrão. É ainda no decorrer do séc. XVI, em 1536, que Fernão de Oliveira escreve a primeira gramática da língua portuguesa, à qual chamou *Grammatica da lingoagem portuguesa*. A esta, segue-se a *Grammatica da Língua Portuguesa* de João de Barros, em 1539-1540.

A morfologia, a sintaxe e o vocabulário sofreram diversas alterações entre o fim do séc. XVIII e o início do séc. XIX. É neste seguimento que se dá a transição do Português clássico, situado entre os séculos XVI<sup>9</sup> e XIX, para o português moderno do séc. XX.

É na segunda metade do séc. XIX que nasce a filologia da língua portuguesa. Introduzida por Francisco Adolfo Coelho, também fizeram parte deste projecto Viana Gonçalves, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e José Leite de Vasconcelos, nomes que mais tarde irão ser os mentores do Acordo Ortográfico de 1911.

É no século XIX que se começaram a dar os primeiros passos linguísticos virados para uma preocupação gramatical mais profunda do nosso idioma. Esses passos surgiram através de Viana Gonçalves que continuou no século seguinte a sua demanda.

A verdadeira mudança chega, então, no início do século XX.

Ao longo do séc. XX, estendendo-se posteriormente ao séc. XXI, muitos foram os acordos adoptados para a língua portuguesa. A tentativa de modernizar a língua e de a expandir mais facilmente no mundo levou a constantes alterações na grafia de uma das mais antigas línguas derivadas do latim.

A língua é um meio de comunicação, um instrumento vivo que se move “pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio”<sup>10</sup> e que se vai modificando ao longo dos tempos. Podemos considerar essa transformação mais lenta ou mais rápida e dependente

---

<sup>9</sup> O português sofreu várias influências durante a sua formação. Com o Renascimento, os humanistas desenvolveram os estudos latinos, trazendo novos vocábulos para a língua portuguesa. Estes latinismos eram muito apreciados pelos escritores renascentistas, que adoptavam uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita da palavra mais próxima do latim. Esta corrente latinista é levada a extremos, “(...) limites extremos e chega a desfigurar termos mais usuais”, tal como refere Teyssier, in *História da Língua Portuguesa*. O conhecimento profundo do latim era deficitário o que levava os autores a inventarem palavras que julgavam estar perto do latim. Um importante número de palavras eruditas, ou de formas alatinadas, introduziram-se no português desde o séc. XVI, e desde então integram o vocabulário e a sintaxe da nossa língua. Também o bilinguismo fez parte dos fenómenos que afectaram a língua portuguesa. O bilinguismo luso-espanhol esteve presente em Portugal durante os séculos. XV a XVII. O Castelhano serviu como segunda língua para os portugueses cultos e muitos eram os escritores que escreviam também nesta língua como Gil Vicente, Sá de Miranda, Francisco Manuel de Melo, entre outros. Só depois da Restauração, em 1640, se produz uma reacção anti-espanhola. É a partir do séc. XVIII, depois do Castelhano perder a sua posição como língua de corte e de cultura, que o Francês passa a assumir o seu lugar de língua para os portugueses cultos.

<sup>10</sup> SILVA NETO, Serafim da (1960), *A língua portuguesa no Brasil*. Lisboa: Livraria Académica, p. 18.

de condições histórico-sociais. Assim, devido às mutações constantes às quais uma língua falada está sujeita, nenhum sistema gráfico pode ser perfeito. Se por um lado temos a inovação natural de uma língua, em oposição a esta, encontramos a sua “força centrípeta da conservação”<sup>11</sup>.

Foi na busca de um sistema credível que começou a história do acordo ortográfico, sobre o qual nos iremos debruçar. Este acordo alastrou-se anos mais tarde para os países da CPLP.

Digamos que tudo começou em 1911, aquando da primeira reforma ortográfica nacional do século passado. É a partir desse ano, e apenas um ano depois da implantação da República em Portugal, que o nosso país tem procurado padronizar a forma escrita da língua. Foram estabelecidas, nesse acordo ortográfico – que ficou conhecido comumente como «a reforma de Gonçalves Viana», – as primeiras normas que uniformizavam a forma escrita da língua portuguesa. Havia, deste modo, a preocupação de criar uma ortografia simplificada, que se viria a usar nas publicações oficiais e no ensino, visto que existia a carência de uma norma ortográfica credível, como afirma Rita Marquilhas n’ *A demanda da Ortografia Portuguesa*,

“ (...) até 1911, nunca se pôde falar de uma única e coerciva ortografia nacional, pelo que a subversão individual de quaisquer regras adquiridas não significava mais que uma opção gráfica pessoal”<sup>12</sup>.

Esta reforma ortográfica foi profunda e mudou bastante o aspecto da língua em Portugal.

“A entrada em vigor, no nosso país, (...) trouxe como consequência diferenciações sensíveis no regime da escrita, com prejuízo da unidade intercontinental da língua portuguesa”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (2005), *A nova gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa, p. 4.

<sup>12</sup> CASTRO, Ivo & Leiria, Isabel (1987), *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Questão que lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 103.

<sup>13</sup> ESTRELA, Edite (s.d), *A questão ortográfica. Reforma e acordos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 9.



Esta reforma modificou plenamente o aspecto da língua na sua forma escrita aproximando-a da nossa grafia actual – mas havendo ainda diferenças. Esta nova “norma de escrita” representou um retorno, embora parcial - de que se diferencia, no entanto, pela uniformidade com que é aplicada - à ortografia fonética da Idade Média; a ortografia da Idade Média que é delimitada por Guiseppe Taviani<sup>14</sup> a partir da existência dos primeiros documentos escritos em Português, dos quais se tem conhecimento, que datam do séc. XII até meados do séc. XV. Esta era uma escrita essencialmente fonética e a língua era escrita para o ouvido, quer isto dizer que as palavras se escreviam como eram pronunciadas, sem rigor ortográfico, podendo a mesma palavra ser escrita de diferentes maneiras dentro do mesmo texto. Coincide esse período com a fase mais arcaica do nosso idioma como nos diz o referido autor:

“ (...) na necessidade de pôr por escrito documentos legais e textos literários numa língua vernácula ainda jovem esforçavam-se por representar os sons do modo que lhes parecia mais fiel, adaptando velhas grafias (...)”<sup>15</sup>.

Assim, em 1911 alterou-se profundamente a estética escrita do português, sendo com grande desapontamento e visadas críticas que se viram desaparecer muitas consoantes dobradas, como *ph*, utilizado em *pharmácia*, *photografia*, *th* em *theatro*, *orthographia*, *dithongos*, ainda *rh*, e foram retiradas as consoantes duplas noutras palavras de origem grega; o *y* em *foy* ou *interjeções* passou a *i*; houve também alteração das palavras com *ch* com valor de *k* que foi substituído por *qu* antes de *i* ou *e*. Em oposição a estas consoantes, o *s* em posição inicial, quando surdo e sempre que este era seguido de *c* foi mantido, por exemplo: *scena*, *sciente*, *sciático*.

A Comissão deste primeiro acordo considerou ainda de extrema importância a simplificação ortográfica, na abolição das consoantes dobradas, bastante corrente na tradição escrita latina e renascentista, como *mm*, *ss*, *nn* mediais, quando revelam diferenças de pronúncia, e dá como exemplo as palavras *cassa*, *carro*, *emmanar*, *ennovelar*, confrontando-as com os vocábulos *casa*, *caro*, *emanar*, *enervar*. Pensava-se que as últimas alterações referidas viriam resolver inúmeros problemas relativos à grafia de certas palavras.

---

<sup>14</sup> Giuseppe Taviani in *op. cit.*, CASTRO, Ivo & Leiria, Isabel (1987), p. 201 a 203.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*.

A simplificação das mesmas trouxe uma melhor aplicação da forma escrita, uma vez que a norma antiga apresentava uma infrutuosa teoria e prática.

Contudo, o acordo ortográfico permitiu o uso de outras consoantes duplas, por questões de “ordem etimológica, nobiliárquica ou decorativa”, como refere Carmo Vaz<sup>16</sup>. Existiam, assim, excepções à regra como explica o referido autor em nomes próprios como Marcello ou Telles, nos quais se aceitam as duas grafias.

Em síntese:

Acordo 1911		
Nova regra (Teoria)	Regra antiga (exemplos)	Nova regra (exemplo)
Palavras com consoante dobrada em <i>-ph</i> e <i>-th</i> passam a <i>-f</i> e <i>-t</i> respectivamente.	Pharmácia, Photographia, theatro, Orthographia etc.	Farmácia, Fotografia, Teatro, Ortografia
Palavras com vogal <i>-y</i> passam a <i>-i</i>	Foy, Interjeições	Foi, Interjeições
Abolição das consoantes articuladas quando revelam diferenças de pronúncia	Cassa, Carro, Emmanar, Ennovelar	Casa, Carro, Emanar, Enovelar

Este Acordo de 1911 contou na sua elaboração com nomes prestigiados, como Sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que teve o cargo de presidente honorária, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo e Gonçalo Viana; teve também como base de trabalho o Questionário de 1900 e o livro *A Ortografia portuguesa* de Gonçalves Viana. Porém, não se conseguiu impor. Ainda assim, esta reforma foi muito inovadora para a sua época e é considerada “um trabalho modelar”, feito por grandes investigadores na área da linguística, como atesta Ivo Castro:

“ (...) a reforma de 1911 é um trabalho modelar que envolveu os grandes filósofos, gramáticos e «linguistas» do tempo, e pôde, deste modo, ter como base os conhecimentos diversificados mais actualizados da época”<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> VAZ, Carmo (1983), *Código de escrita, Linguística Portuguesa 1*. Lisboa: Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos, p. 127.

<sup>17</sup> ESTRELA, Edite (s.d), *op cit.*,p.7

Mas se em Portugal se ouviram vozes contra esta nova reforma, não foi no nosso continente que se deu a maior resistência: a maior oposição veio do outro lado do oceano. A polémica instalou-se com mais força no Brasil, pois, ainda que na terra de Vera Cruz já existisse uma forte tendência para uma ortografia foneticista - que lhe conferia um estatuto mais simples do português - a falta de acordo entre Portugal e o Brasil fez com que as duas ortografias se afastassem mais, cortando o Brasil com as correntes mais tradicionalistas. Neste ponto, é importante termos em conta a história do português no Brasil, que Pilar Vasquéz Cuesta e M<sup>a</sup> Albertina Mendes da Luz, demarcam em 3 fases, n' *A Gramática da Língua Portuguesa*. São elas:

1. Desde o começo da colonização até à expulsão dos holandeses em 1654.
2. Desde 1654 até à mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, quando a corte fugiu para o Brasil, aquando das invasões napoleónicas em Portugal.
3. A partir de 1808 até aos dias de hoje, passando por alguns cortes linguísticos após a independência do Brasil, em 1822.

Portugal acabou por adoptar a reforma na sua forma escrita e o Brasil continuou com a velha ortografia pseudo-etimológica<sup>18</sup>.

Após algumas tentativas, que decorreram entre 1898 e 1900<sup>19</sup>, para vincular a norma ortográfica, em Portugal, o acordo ortográfico de 1911 vingou favorecido pelo

---

<sup>18</sup> Os colonos portugueses que chegaram ao Brasil falavam o português europeu, que no seu país de origem, Portugal e ilhas, vai evoluindo. Já as populações de origem indígena, africana ou mestiça, aprendem o Português, mas utilizam-no de “forma errada”, segundo Teyssier. O referido autor pretende dizer que os novos falantes tinham uma baixa proficiência da língua. Durante vários anos, o Português foi acompanhado pelo Tupi, língua falada pelos indígenas, e que serviu, ao lado do Português, como língua de comunicação, ajudando na integração dos colonos. Era chamado de “língua geral”. Na 2<sup>a</sup> metade do séc. XVIII a língua geral entra em decadência. É no séc. XVIII que começam a aparecer documentos onde se referem pela 1<sup>a</sup> vez os traços específicos que caracterizam o Português do Brasil. Data de 1765 o *Compendio de orthographia*, de Frei Luis do Monte Carmelo, que assinala os traços fonéticos dos brasileiros, pela primeira vez. Ao longo de vários séculos, a língua literária no Brasil baseou-se principalmente na literatura que se escrevia em Portugal. Houve quem imitasse Camões – nomes como Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*, que se baseava na grande epopeia lusitana *Os Lusíadas*, ou quem tivesse Padre António Vieira como grande referência culta. O que havia de melhor nas letras portuguesas foi importado para o Brasil e, mesmo depois da independência, mantiveram-se muitos seguidores. Contudo, havia uma necessidade de afastamento do culto aos autores clássicos portugueses e assim, como reacção ao clássico lusitano, houve também uma revolta contra a linguística portuguesa. Esse movimento de exaltação patriótica serviu de afirmação por parte dos dirigentes do país e homens das letras, entre outros, para provar que o Brasil era possuidor de uma língua própria e também como uma forma de afirmação de nacionalidade. Elevou-se a voz do povo e deixou de se saber distinguir a língua familiar da língua popular, sendo esse um dos motivos que levou a uma forte tendência para uma ortografia foneticista. A pouco e pouco a gramática e a pronúncia vão apresentando diferenças, principalmente a partir do séc. XIX.

<sup>19</sup> Sai no ano de 1898 a primeira portaria relativa à questão ortográfica da Direcção Geral da Instrução Pública: *Conjugação dos verbos e synopses grammaticais*. Em 1990, dá-se mais um passo para a evolução da ortografia portuguesa ano em que Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, ele que posteriormente será um dos

ambiente político que se vivia no nosso país – Portugal acabava de implantar a República no seu território e estava ainda a passar por uma fase de adaptação conturbada (1910-1911); havia inúmeras revoltas e a nova organização política estavam a assustar os portugueses. Deste modo, Reforma Ortográfica de 1911 veio pacificar por uns tempos o frenesi pelo qual estava a passar a nossa situação política. A 1 de Setembro de 1911, por decreto, entra em vigor a nova reforma ortográfica da língua portuguesa com um período de adaptação de três anos.

Este acordo aplicou-se, apenas, ao território nacional e às suas colónias, após o Brasil ter refutado a aplicação do mesmo no seu território. Não podemos esquecer que o Brasil era um país independente e, apesar de também utilizar a língua de Camões, estava a cimentar a sua independência. E esse desejo de se afirmar como país independente levou ao afastamento linguístico, durante aproximadamente um século. Inicia-se apenas em 1931 e deu lugar à jornada do Acordo Ortográfico entre Portugal e o Brasil com o desejo de se criar apenas uma norma culta de escrita do Português.

Data então de 1911 o novo sistema ortográfico produzido pela Academia Brasileira de Letras que sai a 19 de Março de 1931, com o objectivo de se minimizarem as assimetrias entre as normas cultas da escrita do português entre os dois países. A iniciativa brasileira propôs um plano de unificação linguística, adoptando, então, a 23 de Fevereiro de 1938, o acordo que descendia directamente do de 1911 nas suas escolas e documentos oficiais. Foi, assim, aprovado o primeiro acordo que junta, oficialmente, os dois países neste projecto comum de unificar a forma escrita da nossa língua.

O resultado obtido com a reforma de 38 não foi totalmente satisfatório – existiam ainda divergências que pareceram convenientes eliminar, aos Governos de ambos os lados, para obedecer à tradição, à etimologia da letra e ao espírito, como nos é indicado no Decreto n.º 35 2228 assinado a 8 de Dezembro de 1945,

“ (...) havia ainda divergências, que aos Governos pareceu conveniente eliminar em obediência ao espírito e à letra daquele instrumento diplomático”.

Várias tentativas de aproximação linguística vão sendo feitas bilateralmente. Em 1943, o Governo Brasileiro e o Governo Português, com o fim de amenizar as assimetrias entre as duas formas de escrita, negociam a Convenção para a unidade, ilustração e defesa do idioma comum, a qual foi assinada em Lisboa a 29 de Dezembro. Nesse seguimento, a

---

grandes nomes da história do Acordo Ortográfico, elabora um questionário para se estabelecerem as regras da ortografia portuguesa.

Academia Brasileira de Letras publicou o seu *Vocabulário Ortográfico*. Após esta publicação, notou-se que as divergências entre as duas grafias cultas do português eram ainda bastantes e significativas, quando se comparam os dois vocabulários, o da Academia Brasileira de Letras e o vocabulário que tinha sido publicado em 1940 pela Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1945, os governos do Brasil e de Portugal tentam sem êxito negociar, mais uma vez, as divergências linguísticas naquela que ficou conhecida como a Convenção Ortográfica de 1945. Em Portugal é adoptado, no ano seguinte, o novo acordo ortográfico que ficou comumente conhecido como o Acordo Ortográfico de 1945, e que teve como título em Portugal, na sua publicação oficial, *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*; o Brasil, que não o rectificou, continuou a seguir a ortografia ditada pelo Formulário Ortográfico de 1943<sup>20</sup>.

Dois anos mais tarde, juntaram-se novamente os representantes dos dois países na Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945; porém, este acordo não surtiu efeitos do lado brasileiro, tendo mais uma vez o Brasil rejeitado o acordo. Apenas Portugal o adoptou, saindo, em 1945, o Acordo Ortográfico que até recentemente nos regia.

Seguiram-se outras tentativas de aproximação entre as duas nações, Portugal e Brasil, e no início da década de 70 deu-se mais um passo.

Em 1971, na Terra de Vera Cruz, deu-se um importante passo para a unidade ortográfica; o governo brasileiro, juntamente com a sua Academia de Letras, resolveu fazer promulgar alterações no seu código de escrita numa tentativa de reduzir as divergências ortográficas com Portugal,

“ (...) o Governo Brasileiro deu um passo muito grande no caminho da unificação ortográfica, nomeadamente com a supressão do acento circunflexo na distinção dos homógrafos”<sup>21</sup>.

Em seguida, Portugal em 1973 contribui também para esta unidade abolindo o acento gráfico nas subtónicas dos vocábulos derivados com o sufixo *-mente* e com os sufixos iniciados em *ç*; exemplo disso, são as palavras *praticamente* em vez de *pràticamente* e

---

<sup>20</sup> Este é o sistema ortográfico que o Brasil seguirá até ao dia 31 de Dezembro de 2012, data em que será obrigatória a utilização da escrita imposta pelo Acordo Ortográfico de 2009.

<sup>21</sup> ESTRELA, Edite (s.d), *op.cit.*, p.145.

*sozinho* em vez de *sôzinho*. Encararam-se estas mudanças como algo que não iria afectar a língua e a sua escrita, pois

“Trata-se de um pormenor de importância secundária, sem correspondência na linguagem falada (...)”<sup>22</sup>.

Apesar de estas iniciativas, prolongaram-se as divergências nos dois sistemas ortográficos que continuam a acompanhar-nos até hoje, mas acreditou-se que, desta maneira, as duas ortografias se iriam aproximar um pouco mais.

No decorrer do ano de 1975, no sentido de reduzir essas dissemelhanças, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram um novo projecto de acordo, que nunca chegou a ser aprovado oficialmente por razões de ordem política. Portugal tinha saído recentemente de uma ditadura e passava ainda por um momento de instabilidade, o que condicionou a aprovação deste acordo ortográfico, não sendo o projecto acordado entre as Academias de Letras de Portugal e do Brasil aprovado oficialmente.

É neste seguimento que, em 1986, no Rio de Janeiro, se juntam pela primeira vez, representantes não só de Portugal e do Brasil, mas também dos cinco novos países africanos lusófonos que surgem da descolonização portuguesa. Com a mudança do rumo político em África, o empenhamento militar das forças armadas portuguesas deixou de fazer sentido; deste modo e no decorrer de uma guerra colonial que durou vários anos, em 1973, com a declaração unilateral da República da Guiné-Bissau, iniciou-se a independência das colónias portuguesas em África. Dois anos após esta independência, e com o fim da ditadura salazarista, as restantes colónias portuguesas tiveram a sua autonomia.

Após a reunião de 1986, não houve um consenso entre os diferentes países e, em Portugal, existiu uma forte reacção contra as novas medidas que o novo acordo iria trazer, incidindo uma maior discórdia na problemática da acentuação das palavras:

“A abolição dos acentos gráficos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas preconizada no Acordo de 1986, foi porém, contestada por uma larga opinião pública portuguesa, sobretudo por tal medida ir contra a tradição ortográfica e não tanto por estar contra a prática ortográfica”.

---

<sup>22</sup> *Idem, ibidem.*

Seria mais um fracasso para a história da reforma ortográfica, que ainda se encontrava longe de terminar, mas mais perto do que já tinha estado.

Decorre o ano de 1990 e a Academia das Ciências de Lisboa convoca um novo encontro e junta às Bases, que constituem o documento oficial do acordo ortográfico, uma Nota Explicativa; deste modo, as duas Academias elaboram a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - este foi o primeiro acordo “que recebeu aprovação simultânea dos governos de Portugal e do Brasil”<sup>23</sup>. O documento entraria em vigor, de acordo com o seu artigo 3º, no dia “1 de Janeiro de 1994”, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português”, mediante a ratificação feita por todos os estados-membros. Contudo, viu-se forçada a ser adiada a entrada desta nova reforma, pois apenas Portugal em, 23 de Agosto de 1991, o Brasil, a 18 de Abril de 1995, e Cabo Verde ratificaram a sua entrada, ficando a faltar a assinatura de cinco estados signatários, o que deixou pendente a entrada da nova reforma ortográfica.

Oito anos mais tarde, em 1998, em Cabo Verde, na cidade da Praia, assinou-se um novo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa onde se excluiu do texto a data da sua entrada em vigor.

Em Julho de 2004, movidos ainda por um “espírito reunificador”, novos passos são dados para a ratificação e entrada do Acordo; assim, reunidos em São Tomé e Príncipe, os chefes de estado e do governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), autorizaram um Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico, que permitia que, em vez da ratificação de todos os países, fosse possível que apenas três membros da CPLP ratificassem o Acordo Ortográfico, para que o mesmo entrasse em vigor. Foi ainda discutida a situação de Timor – Leste, que depois da independência, em 2002, passou a ter, ao lado da sua língua franca, o Tétum, a língua portuguesa como língua oficial, juntando-se aos PALOP já existentes e fechando o círculo de países que têm o português como língua oficial.

A 16 de Maio de 2008, a Assembleia da República ratifica o Segundo Protocolo Modificativo. Nesse mesmo ano, em Lisboa, a 25 de Julho, Chefes de estado e de Governo da CPLP manifestaram o seu descontentamento face ao novo acordo na Declaração sobre a Língua Portuguesa. Em Setembro do mesmo ano, o Brasil assina o decreto da implementação da reforma, que entra em vigor em 2012 obrigatoriamente.

---

<sup>23</sup> CRISTOVÃO, Fernando *et alii* (s.d), *Dicionário temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, p. 24.

## 1.2. Bases – Mutações ao longo dos vários acordos

Como vimos ao longo do último século a ortografia portuguesa sofreu várias alterações com os diferentes acordos que foram implementados. A tentativa de unificação escrita entre Portugal e Brasil introduziu, na nossa história ortográfica, vários ensaios de acordos, sendo uns postos em prática e outros que ficaram por ratificar.

Neste ponto, tentaremos demonstrar as diferenças introduzidas em cada uma das principais alterações, baseando-nos nos acordos de 1945, 1975, 1986/1990, sendo esses os acordos dos quais descende directamente o que foi recentemente aprovado (2009) para implementação no nosso país e nos PALOP. Estas alterações, que são fundamentais na história contada do Acordo Ortográfico, sofreram ao longo dos anos várias mudanças. Algumas bases foram modificadas, outras suprimidas ou acrescentadas. Serão essas mesmas bases, do documento oficial do acordo ortográfico, que servirão de mote principal a este ponto.

O de 45<sup>24</sup>, LI (51) bases e foi um dos acordos com mais peso, lembrando que apenas Portugal o adoptou no seu território e nas suas colónias. Foi o primeiro, passo real e seguro, para o Acordo que nos irá reger, dele sendo retirados vários parágrafos que permanecem no recente texto da reforma ortográfica. Ivo castro considera, desta maneira, este acordo como uma forte influência para os textos futuros que nele se basearam.

“Deste modo, (...) apenas seis bases de 1945 sobreviveram intactas em 1986, a verdade é que muitas outras bases contêm, a par de uma certa variação, parágrafos inteiros que não mudaram”<sup>25</sup>.

Assim, o texto de 1945 serviu como base para os que se lhe seguiram.

Depois do Acordo de 1945, o de 75 que não apresentou grandes alterações ao acordo anterior, mantendo quase todas as suas bases originais, apenas alterando profundamente 11 dessas mesmas bases; trouxe, como inovação, uma nova designação, *Bases Analíticas do Acordo Ortográfico* de 1945, consolidadas pela Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras em 75 (Castro, 1987: 14).

O Acordo de 1986, o que será o último a sofrer reformas e que foi aprovado para ser o acordo que nos irá reger no futuro, aparece-nos com algumas modificações em

---

<sup>24</sup> De agora em diante, o Acordo de 1945 é sempre fixado por “45”, o projecto de acordo de 1975 por “75” e assim sucessivamente.

<sup>25</sup> CASTRO, Ivo & LEIRIA, Isabel (1987), *op. cit.*, p. 12.



relação aos acordos de 45 e de 75. Lembremos que os acordos anteriores apresentavam L e LI Bases, respectivamente; no acordo de 86, essas bases passarão a ser apenas XXI que descendem directamente das bases anteriores; contudo algumas delas foram suprimidas, condensadas ou alteradas o que nos deixa assim com XXI Bases consolidadas.

Este acordo apresenta, pela primeira vez, a expressão “ortografia simplificada” que não aparecia mencionada nos anteriores acordos. Assim, com este acordo não se pretende conservação, substituição ou abolição no sistema de escrita nas duas normas, mas sim uma simplificação que permita uma harmonia entre os dois sistemas ortográficos.

Este acordo não entrou em vigor pelas razões acima mencionadas mas foi mantido, sem alterações, para o acordo que se lhe seguiu, em 1990. A única inovação deste último surgiu com um novo anexo adicionado, denominado por *Anexo II - Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, que aparece como uma mais-valia para a compreensão do documento e sua implementação. Esta será a última alteração que sofre o acordo ortográfico até aos dias de hoje.

## II. O novo *Acordo Ortográfico de 2009*

### II.1. Alterações na Ortografia portuguesa com o novo Acordo – apresentação das Bases do Acordo Ortográfico de 2009<sup>26</sup>

O novo acordo ortográfico foi admitido a 19 de Março de 2008, mediante os termos da alínea d) do nº1 do artigo 197.º da Constituição<sup>27</sup>. Como anteriormente foi referido, ele apresenta XXI Bases e tem em segundo anexo uma *Nota explicativa do Acordo da Língua Portuguesa*; insiste na parte fonológica da língua, cortando sempre que possível, com a parte etimológica. Será, então, sobre este documento fulcral, que nos iremos debruçar neste ponto, apresentado e analisando as bases que nele figuram e focando-nos naquelas que maior polémica têm suscitado.

Foram várias as razões apresentadas para a procura de uma ortografia, tanto quanto possível unificada da língua portuguesa; contudo, é necessário ter presente que unidade não significa obrigatoriamente igualdade, por exemplo dissemelhante ou dessemelhante<sup>28</sup>. Estas duas palavras, que são sinónimas, apresentam grafias diferentes. Estas duas normas cultas do Português apresentam, entre si, diversas divergências e são estas divergências, por vezes incontornáveis, que causam a impossibilidade de impor uma única regra. As discordâncias referidas são as principais causas da impossibilidade de unificação ortográfica.

Referimos já anteriormente este assunto, mas será neste capítulo que iremos desenvolver mais pormenorizadamente o que vai realmente mudar na ortografia portuguesa com o novo acordo ortográfico, baseando-nos no documento oficial.

---

<sup>26</sup> Resolvemos denominá-lo por Acordo Ortográfico de 2009, pois foi a partir desse ano que passou a ser implementada a nova reforma.

<sup>27</sup> (s.n), Proposta de Resolução 71/X/3, sitio Web [http://www.apel.pt/gest\\_cnt\\_upload/editor/File/apel/acordo\\_ort/71x3%5B1%5D.pdf](http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/apel/acordo_ort/71x3%5B1%5D.pdf), consultado no dia 10 de Janeiro de 2010.

<sup>28</sup> A palavra dissemelhante, norma portuguesa e dessemelhante, norma brasileira, é um dos vários exemplos de palavras com grafias diferentes. Para esta situação, o novo acordo não apresenta soluções, ficando ao critério do utilizador escrever como entender.

Uma das questões que se mantêm ao longo de todo este processo e que continua a levantar enormes discordâncias é por que razão é este Acordo pertinente? Conforme informam Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia, existem principalmente três razões, que passaremos a enumerar<sup>29</sup>.

1. **Razões de natureza histórica.** Portugal necessita de uma reforma ortográfica. Tal como outros países da Europa já fizeram, por exemplo, a Itália, França, Espanha e Alemanha, que ratificou, em 1998, um novo acordo para aproximar os falantes da língua alemã, será, então, agora a vez de Portugal, cortar com as raízes etimológicas da língua, que por vezes já se encontram desajustadas. Pois, como explica o *Anexo II Nota explicativa do Acordo Ortográfico*, há consoantes e palavras que com a evolução natural da língua se foram perdendo e, deste modo, afastando-se do Latim, que se encontra todo o passo na base de formação do Português. Assim, a evolução de um povo passa também pela evolução da sua língua e “de facto, torna-se imperioso pôr cobro a uma deriva ortográfica de quase um século”<sup>30</sup>.
2. Sendo a língua portuguesa um instrumento de comunicação entre oito países que a adoptaram como língua oficial, é necessário que exista uma ortografia unificada, ao invés de duas normas cultas de uma mesma língua. Defendem os apoiantes deste Acordo, que ele é ainda importante para o prestígio da língua portuguesa e para a sua situação internacional; citemos o documento oficial, onde se pode ler, este Acordo “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional”<sup>31</sup>.
3. **Natureza pedagógica e internacional.** Esta temática está estreitamente ligada com o ensino / aprendizagem do Português, como L2 e LE: “Nas várias escolas e instituições em que por esse Mundo fora se ensina e cultiva o português, convém que haja uma ortografia, e não duas, pois tal facilita a aprendizagem”<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> MALACA CASTELEIRO, João & CORREIRA, Pedro Dinis (2008), *Atual, o novo acordo ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Lisboa, Texto Editores.

<sup>30</sup> MALACA CASTELEIRO, João & CORREIRA, Pedro Dinis (2008), *op. cit.*, p. 4.

<sup>31</sup> Anexo I do documento oficial disponível (consultar em anexo)

<sup>32</sup> MALACA CASTELEIRO, João & CORREIRA, Pedro Dinis (2008), *op. cit.* p. 5

A questão que se tem levantado quando se fala no Acordo Ortográfico é, principalmente: o que muda na língua portuguesa?

É sabido que o Acordo que agora entrou em vigor é descendente directo do Acordo de 1990 – que por sua vez tem, na sua árvore genealógica, os Acordos de 1945, 1975, 1986. Este acordo de 90 ficou, na altura da sua ratificação, em espera até que todos os países signatários o aprovassem.

O documento apresenta, como foi acima referido, XXI bases em que assentam as mudanças e o que se mantém na ortografia portuguesa; como já foi dito, centra-se no lado fonológico da língua, cortando sempre que possível, com o lado etimológico. Deve ainda notar-se que este documento segue a ortografia que será adoptada.

Como se tem defendido, por razões de natureza etimológica enraizadas no Português europeu, este acordo não levará à unificação total da ortografia entre o Brasil e Portugal – aliás foi este o motivo por que muitos dos Acordos anteriores não entraram em vigor<sup>33</sup> – mas ajudará a aproximar cada vez mais a forma escrita dos dois países. Escreve a propósito deste assunto Vasco Graça Moura:

“Só para alguma ingenuidade lusitana, mais propensa à metafísica, é que se trata de assegurar a “unidade” da língua...”<sup>34</sup>.

Apresentemos então as XXI Bases que formam este acordo acrescentando, quando nos parecer necessário, algumas explicações e olhando atentamente o que nos diz a Nota Explicativa deste acordo acerca de cada uma delas.

## **Base I- Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e os seus derivados**

---

<sup>33</sup> Lê-se no Anexo II Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ponto 2, que se intitula “Razões do fracasso dos acordos ortográficos”, que um dos principais fracassos dos anteriores acordos se deve ao facto de que todos eles tentaram unificar a língua em toda a sua plenitude: “(...) o acordo de 1986 conseguia a unificação ortográfica em cerca de 99,5% do vocabulário geral da língua. Mas conseguia-a, sobretudo, à custa da simplificação drástica do sistema de acentuação gráfica”. O Acordo de 45 seguia uma linha absoluta de unificação ortográfica que rondava os 100%, seguindo princípios inaceitáveis para os brasileiros, que o rejeitaram. Deste modo, concluiu-se que não se pode alterar completamente o aspecto de uma variante e arrasar com a etimologia da outra: “a inviabilização prática de tais soluções leva-nos à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia”.

<sup>34</sup> GRAÇA MOURA, Vasco (2008). *Acordo ortográfico: A perspectiva do desastre*. Lisboa: Aletheia Editores, p.65

Esta base apresenta no primeiro ponto o alfabeto da língua portuguesa com as descrições das letras que dele fazem parte, tendo em atenção as diferentes maneiras de pronúncia de cada letra. Deve notar-se que a dificuldade de unificação começa logo na primeira página deste acordo; exemplo disso é a grafia da letra G (gê ou guê) norma Brasileira e norma Luso-Africana, respectivamente. Defende este documento, várias vezes ao longo de toda a nota explicativa que o acompanha, que as barreiras entre as duas línguas não serão facilmente ultrapassadas, devido, principalmente à pronúncia critério este que é frequentemente utilizado pelos autores do Acordo Ortográfico para justificar a aceitação de duas grafias da mesma palavra, citando o documento oficial:

“A inviabilidade prática de tais soluções [propostas em acordos anteriores] lava-nos à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa”

35

Ainda nesta base, é-nos dado a conhecer que as letras k, w e y foram adoptadas para o nosso alfabeto para notar estrangeirismos que surgiram na nossa língua; estas três letras passam a usar-se apenas em casos especiais como:

- a) em antropónimos originários de outras línguas e seus derivados;
- b) em topónimos originários de outras línguas e seus derivados;
- c) em siglas, símbolos e mesmo em palavras adoptadas como unidades de medida de curso internacional.

No entanto, esta base aconselha que se evite, sempre que possível, o uso de estrangeirismos, principalmente em relação aos topónimos das línguas estrangeiras, dando como exemplos, Anvers que se substitui por Antuérpia, Génève, por Genebra, entre outros. Há, como vemos, uma tentativa de conservação da língua, no sentido de apelar a um certo nacionalismo; se a palavra já existe na língua portuguesa, deve ser essa a usada.

### **Base II- Do *h* inicial e final**

Esta base apresenta os casos em que a letra *h* se deve manter ou suprimir, no início ou no final da palavra. Citando o documento oficial, esta letra usa-se em posição inicial por causa da etimologia e em virtude do uso, dando como exemplos, herva, haver, hoje, hora,

---

<sup>35</sup> Anexo II Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) 2º.

entre outros. Por outro lado, a mesma letra supprime-se “quando, apesar da sua etimologia, está inteiramente consagrada pelo uso”<sup>36</sup>; assim, as palavras como erva, ervanário, ervoso, mencionadas por este acordo, permanecem sem o *h* inicial, opondo-se às formas eruditas como herbácio, herbanário ou herboso.

Crê António Emiliano<sup>37</sup> que esta “consagração pelo uso”, abrirá caminho para o surgimento de grafias duplas, que poderão manifestar-se com ou sem *h* e refere, como exemplo, úmido/húmido.

Mantém-se ainda esta letra *h* em situação inicial, sempre que, numa palavra composta, existe um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen; assim, anti-higiénico, pré-histórico, mantendo-se a norma antiga.

A letra *h*, em posição final, mantém-se nas interjeições: Ah! e Oh!.

### **Base III- Da homografia de certos grafemas consonânticos**

Em baixo serão apresentadas as Bases que mais problemas têm levantado. Iremos apresenta-las conjuntamente. Estas bases referem que “em relação às alterações de conteúdo, elas afectam sobretudo o caso das consoantes mudas ou não articuladas, o sistema de acentuação gráfica, especialmente das esdrúxulas, e a hifenação”.<sup>38</sup>

Analisemos, então, em seguida cada um destes casos, começando por as consoantes mudas ou não articuladas.

### **Base IV – Das sequências consonânticas**

#### **a) Supressão gráfica de consoantes mudas ou não articuladas**

Para se criar uma única norma, sabe-se que uma das principais dificuldades para a unificação da ortografia da língua portuguesa se encontra na solução a adoptar para a grafia das consoantes *c* e *p*, pois existem “fortes divergências na sua articulação”. Assim acontece na palavra *facto/ fato*, porque na norma luso-africana o *c* é lido e, funciona como elemento chave para o significado da palavra; mas na norma luso-brasileira, lê-se *fato* e não interfere

---

<sup>36</sup> Base II 2º. a)

<sup>37</sup> EMILIANO, António (2008). *Foi você que pediu um acordo ortográfico?* Guimarães: Guimarães editores.

<sup>38</sup> Anexo II, Nota explicativa o acordo ortográfico da língua portuguesa (1990).

no sentido da palavra. Deste modo, sempre que a consoante não seja sonorizada será suprimida na norma culta luso-africana, uma vez que no Brasil não é necessário, porque já há muito foram suprimidas. De acordo com o documento oficial<sup>39</sup>, o *ç*, com valor de oclusiva velar das sequências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cc* e *cc*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pc* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam<sup>40</sup>. Deste modo, a pronúncia actua como critério para a eliminação desta consoantes nos casos em que estas não são sonorizadas pelo falante.

Neste caso, temos assim, duas vertentes, uma que não causa qualquer problema, isto é, sempre que a consoante é sonora, vulgarmente falando, sempre que é lida, ela mantém-se. Por exemplo, consideremos as palavras: núpcias, ficção, pacto, compacta, entre outras<sup>41</sup>. O problema surge quando estes caracteres se<sup>42</sup> “eliminam nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua”, sendo exemplo as palavras proteccionismo, acção, afectivo, entre outros, que se passarão a escrever protecționismo, ação, afetivo; as palavras em *-pt* como Egipto, baptismo, óptimo que se passarão a escrever Egito<sup>43</sup>, batismo, ótimo, respectivamente; tal como no caso das consoantes – *pc*, nas palavras como concepção e adopção, que passarão a escrever-se conceção e adoção.

Nos casos em que não se encontrou uma solução para a unificação, aceitam-se as duas grafias da língua. Em *A demanda da ortografia portuguesa*, há um alerta para as consequências deste tipo de “soluções”, uma vez que surge a incapacidade de unificação, causando problemas aos aprendentes da língua:

“As consequências deste liberalismo ortográfico no ensino-aprendizagem da leitura e da escrita não precisam de ser enunciadas: e se ele constituirá um problema para falantes nativos do português, a situação é ainda mais grave para falantes que aprendam o português como língua segunda.”<sup>44</sup>

---

<sup>39</sup> Base IV 1º.

<sup>40</sup> Esta citação foi retirada do documento oficial de 1990; contudo, não há alteração no que se aplica em 2009 como já foi mencionado.

<sup>41</sup> Base IV, 1º, a.

<sup>42</sup> Base IV, 1º, b.

<sup>43</sup> Chamamos à atenção para este tipo de palavras, como egípcio e Egito, espetador /espectáculo, em que haverá uma degradação gráfica na família de palavras; acreditamos que, a longo prazo, trará consequências nefastas.

<sup>44</sup> CASTRO, Ivo *et alii*. (1987), p. 34.

Muitas críticas se têm levantado sobre esta questão. No mesmo livro, pode ler-se:

“Assim, este artigo consagra legislativamente as grafias duplas que existem actualmente em Portugal e no Brasil, optando, na prática, por uma versão *fraca* de unificação ortográfica”<sup>45</sup>.

E acrescenta que:

“(...) pode compreender-se à luz de duas razões que nos parecem válidas: a consciência de que a variante europeia e brasileira do português apresentam diferenças *fonéticas* suficientemente acentuadas para que seja necessário grafar diferentemente diversos vocábulos; a existência de uma tradição gráfica (...)”<sup>46</sup>

Os linguistas acreditam que a supressão destas consoantes irá alterar o modo de pronúncia de certas palavras. Como explica Vasco Graça Moura, in *Acordo ortográfico: a perspectiva do desastre*, ao retomar a ideia também explicada em *A demanda da ortografia portuguesa*,

“o “c” que querem suprimir não é somente um testemunho de etimologia (...) é quase sempre essencial para abrir a vogal que o antecede (...) Se passarmos a escrever ação ou adoção, não tardará que, em Portugal e nos PALOP, o “a” inicial da primeira seja pronunciado de modo a fazê-la rimar com “dação”, e o “o” da segunda seja pronunciado de modo a dizer-se “adução”. ”<sup>47</sup>

E completa:

“A consequência deste tipo de facultatividade é a de não ser norma, mas sim a maneira de pronunciar de cada um, que determina a grafia.”

Escreve também, sobre este assunto João Andrade Peres<sup>48</sup>, que tenta apresentar soluções para evitar o problema da acentuação oral da palavra. Este autor defende que,

---

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, p.33.

<sup>46</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>47</sup> GRAÇA MOURA, Vasco (2008), *op cit.*, p. 8.

<sup>48</sup> ANDRADE PERES, João (2008), *Breve parecer sobre a entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990*, documento disponível no sítio-web: [http://localhostr.com/files/d6fbbf/09\\_JAP.pdf](http://localhostr.com/files/d6fbbf/09_JAP.pdf)



quando as consoantes, em questão, vocalizem a vogal que a precede, estas deveriam manter-se, evitando assim o fechamento vocálico. O referido autor afirma,

“(...) seria mantida a muda sempre que, com base em estudos credíveis, se provasse que a sua presença constitui um elemento favorável à abertura vocálica”.

Contudo, segundo o Anexo II essas são questões que não irão ser postas, pois

“a justificação de que as ditas consoantes mudas travam o fechamento da vogal precedente também é de fraco valor”.

No quadro que se segue, esquematizamos o que anteriormente referimos.

Consoantes		
Nova Regra (Teoria)	Regra antiga (exemplos)	Nova regra (exemplos)
Passam-se a suprimir-se as consoantes não articuladas na norma culta luso-africana.	proteccionismo, acção, afectivo, Egipto, baptismo, óptimo, concepção, adopção, entre outras.	protecionismo, ação, afetivo, Egito, batismo, ótimo, conceção, adoção

#### b) A questão do sistema de acentuação gráfica<sup>49</sup>

Se a supressão das consoantes afecta mais directamente o lado luso-africano, a questão da acentuação torna-se mais problemática para os brasileiros. Como a nova revisão ortográfica será abolido o emprego do trema (¨). Este sinal gráfico era usado para sinalizar a passagem de ditongo crescente a hiato, e como forma de assinalar a pronúncia do *u* em contextos como –gu, por exemplo, as palavras agüentar e lingüista que passaram a aguentar e linguista; exceptuam-se os casos das palavras estrangeiras ou suas derivadas.

Também na norma brasileira, as palavras graves que têm como sílaba tónica o ditongo *ei* se escrevem com acento agudo. O novo acordo suprime esse mesmo acento; são exemplo disso as palavras como platéia, idéia, assembléia que passarão a figurar como plateia, ideia e assembleia, tornando-se a sua grafia igual à da norma culta luso-africana.

---

<sup>49</sup> Bases VIII a XIV

Processo semelhante existirá no que respeita à eliminação do acento circunflexo nas formas verbais e nominais das palavras graves, em que um *o* tónico fechado faz hiato com um outro *o*, como em abençôo, enjôo; deste modo, estas palavras passam a ser escritas, abençoo e enjoio.

Mais uma vez, devido à dificuldade em se conseguir uma norma padrão, há certas palavras em que se aceitam as grafias duplas. É o que acontece com algumas palavras que se acentuam com o acento circunflexo, como António/Antônio, tônico/tónico, entre outras.

Quanto ao acento circunflexo, esta reforma acrescenta ainda:

“prescinde-se do acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tónico oral fechado em hiato com a terminação *-em* da 3.<sup>a</sup> pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos creem, deem (conj.), descreem, (...) leem, veem”<sup>50</sup>

Já na palavra pôde<sup>51</sup> este acento é considerado obrigatório para a diferenciar de pode.

Ainda acerca da acentuação verbal, surge outro caso que tem levantado demasiadas interrogações. Sobre a acentuação do pretérito perfeito, diz o documento oficial que:

“É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo”.<sup>52</sup>

Passamos a ter, deste modo, formas iguais ao presente do indicativo, como acontece no Brasil. Repara João Andrade Peres<sup>53</sup>, que, no Brasil, não existe distinção vocálica dos dois modos, logo não faz sentido haver acentuação, já em Portugal a diferenciação, entre passado e presente, é feita pela abertura e fechamento da vogal.

São as bases VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV do documento oficial do Acordo Ortográfico que mais têm mudado ao longo das várias tentativas de unificação linguística,

---

<sup>50</sup> Base IX 7º.

<sup>51</sup> Base IX 6.º a.

<sup>52</sup> Base IX 4º.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem.*

devido à dificuldade que existe em juntar as duas normas cultas com a parte fonética que tanto se privilegia. Tal como referimos anteriormente este tema encontrou uma forte resistência no Acordo de 1986 e teve assim de ser repensado.

As críticas sobre este assunto também têm aparecido, mesmo havendo uma maior preocupação com o esclarecimento da acentuação, visível na quantidade de bases que sobre ela falam. A apreciação apresentada contra, acredita que a acentuação afectará, tal como a supressão das consoantes, o modo de pronunciar as palavras e não facilitará a aprendizagem.

“A quase eliminação dos acentos gráficos irá, seguramente, acrescer as dificuldades do processo de aprendizagem da leitura para aqueles que têm o português como língua materna e, sobretudo, para aqueles que o aprendem como segunda língua”<sup>54</sup>

E acrescenta ainda:

“A estes falantes [os que têm o português como segunda língua] nada mais restará do que memorização, caso a caso, de todas as palavras que constituam casos excepcionais da acentuação.”<sup>55</sup>

Ao analisarmos mais uma vez o Anexo II, na nota explicativa que acompanha o documento oficial do Acordo, verificamos que se afirma, sobre este tema e de uma forma resumida, que há pouca representatividade dos casos de dupla acentuação e que há uma forma quase inata de oralmente se acentuarem as palavras, e daí não surgirem problemas quanto às formas verbais; também se refere que esta abolição ajudará os aprendentes.

Observemos então o que muda no quadro abaixo:

Acentuação		
Nova regra (Teoria)	Regra antiga (exemplos)	Nova regra (exemplos)
Os ditongos abertos (ei, oi) deixam de ser acentuados nas palavras paroxítonas.	assembléia, platéia, idéia, colméia, boléia, panacéia, Coréia, hebreia, bóia, paranóia, jibóia, apóio, heróico, paranóico	assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia, panaceia, Coreia, hebreia, boia, paranoia, jiboia, apoio, heroico, paranoico
É facultativo o acento agudo nas formas verbais do	Amámos, louvámos, acrescentámos, entregámos	Amamos, louvamos, acrescentamos, entregamos

<sup>54</sup> CASTRO, Ivo *et alii*. (1987), *op. cit.*, p. 61.

pretérito perfeito do indicativo.		
Prescindem de acento circunflexo certas formas verbais paroxítonas.	Vêm, lêem, prevêm, relêm	Veem, leem, preveem, releem.
<b>Obs (1):</b> nos ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas o acento continua - herói, constrói, dói, anéis, papéis.		
<b>Obs (2):</b> o acento no ditongo aberto 'eu' continua - chapéu, véu, céu, ilhéu.		

### c) Bases XV a XVII – Do emprego do hífen

Em relação a esta base, notamos que,

“embora não existam praticamente divergências entre a norma culta luso-africana e a brasileira, verifica-se, contudo, alguma oscilação no que respeita à grafia de muitas palavras, principalmente em relação a formas derivadas por prefixação e em formações por recomposição, ou seja, as que contêm pseudoprefixos de origem grega e latina, do tipo anti-, auto-, hiper- e super-, pluri- e multi-, etc.<sup>56</sup>”.

Assim, os pseudoprefixos derivados do latim e do grego manterão o hífen, por serem elementos não autónomos; deste modo, continuar-se-ão a grafar pré-história, inter-resistente, anti-higiênico/ anti-higiênico, entre outras.

Mas determina o não emprego do hífen “nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: *hei de, há de, hão de*, etc.”<sup>57</sup>. Contudo, este sinal gráfico permanecerá em casos como *amá-lo; dá-se; deixa-o*, etc.<sup>58</sup>.

Estas são as alterações que se destacam acerca da hifenização. Assim:

Hífen		
Nova Regra (Teoria)	Regra antiga (exemplos)	Nova regra (exemplos)
O hífen deixa de ser utilizado nas palavras formadas por prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras	ante-sala, ante-sacristia, auto-retrato, anti-social, anti-rugas, arquit-romântico, arquit-rivalida,	antessala, antessacristia, autorretrato, antissocial, antirrugas, arquirromântico, arquirrivalidade, autorregulamentação,

<sup>56</sup> MALACA CASTELEIRO, João e CORREIRA, Pedro Dinis (2008), *op. cit.* p. 18.

<sup>57</sup> Base XVII 2.º.

<sup>58</sup> Base XVII 1.º.

iniciadas por 'r' ou 's', sendo que essas devem ser dobradas.	auto-regulamentação, auto-sugestão, contra-senso, contra-regra, contra-senha, extra-regimento, extra-sístole, extra-seco, infra-som, ultra-sonografia, semi-real, semi-sintético, supra-renal, supra-sensível	contrassenha, extrarregimento, extrassístole, extrasseco, infrassom, inrarrenal, ultrarromântico, ultrassonografia, suprarrenal, suprassensível
---	--	--

Neste caso, a crítica dos linguistas neste campo de estudos insiste na falta de rigor que apresenta a Nota Explicativa, apontando o dedo a várias falhas que esta apresenta do ponto de vista linguístico; estas falhas são consideradas bastante graves para um documento que pretende explicitar a razão das mudanças.

Estas são as mudanças mais significativas pelas quais a língua portuguesa está passar na sua grafia; contudo, não queremos com isto dizer que as outras não serão também elas importantes e, acima de tudo, bastante questionadas e criticadas.

### Base XVIII – Do apóstrofo

Esta base debruça-se sobre o emprego do apóstrofo, não mostrando alterações na norma anteriormente utilizada.

### Base XIX – Das minúsculas e maiúsculas

Ao contrário da base anterior, que não oferecia alterações ao uso corrente, esta apresenta algumas novidades. Relativamente ao uso opcional de maiúsculas:

1. Em axiónimos e hagióminos<sup>59</sup> como o caso de senhor doutor, senhora doutora, senhor reverendo etc. Mas, nesta base, as siglas como V. Ex.<sup>a</sup> continuarão a ser grafadas em maiúsculas.
2. “ (...) em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos”<sup>60</sup>

<sup>59</sup> Base XIX 1º f).

Assim, a palavra Rua que anteriormente aparecia grafada com maiúscula, passa a aceitar as duas grafias, rua ou Rua.

Sem exceções, continuam com minúscula inicial, nomes dos dias, estações do ano, ponto cardeais; mas, a abreviatura destes pontos continua a grafar-se com letra maiúscula, por exemplo, norte será N. As designações usadas para mencionar alguém cujo nome desconhecemos como fulano, sicrano, beltrano, também se mantêm com minúscula.

Para o uso opcional, com maiúsculas ou minúsculas iniciais, encontram-se palavras como bibliónimos, devendo a primeira letra ser grafada com maiúscula, assim como nos nomes próprios que façam parte dos títulos, nos nomes que designam domínios do saber, e outros.

#### **Base XX – Da divisão silábica**

Esta Base faz a análise da divisão silábica para efeitos da translineação. Refere que regra geral esta divisão é feita pela soletração. Não apresenta novidades, mas é pertinente fazer algumas reflexões. Cada alínea apresenta, pormenorizadamente, a forma como cada tipo de palavra deve ser dividida quanto às suas sílabas. Porém, não são referidas:

1. A distinção entre sílaba fonológica e sílaba gráfica. António Emiliano dá como exemplo “a separação de RR e de SS na translineação não tem nada a ver com a fonologia do português contemporâneo”<sup>61</sup>.
2. A necessidade de se fazer um estudo mais aprofundado entre as duas variantes da nossa língua. O referido autor afirma que “não, se partiu (...) de uma análise científica da fonologia da sílaba em português (que apresenta diferenças no Portugal e no Brasil)”<sup>62</sup>.

#### **Base XXI – Das assinaturas e firmas**

Esta é a última e a mais pequena base. Delega em cada indivíduo, firmas comerciais, nomes de sociedades, etc., o poder da escrita “que de costume ou registo legal” sejam aprovados.

---

<sup>60</sup> Base XIX 2º. I).

<sup>61</sup> EMILIANO, António (2008), *op. cit.*, p. 98.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem.*

### III. Os pontos fortes e os pontos fracos

#### III.1. Defesa e rejeição do Acordo de 2009

Se a história do acordo ortográfico remonta já há quase mais de um século, também a discussão sobre a uniformização não é de agora.

A língua portuguesa é uma das línguas mais faladas no mundo<sup>63</sup> e encontra-se ao lado de outras línguas como o Mandarim, o Árabe, o Inglês, o Castelhana etc, à escala mundial; escreve Fernando Pessoa<sup>64</sup>, quando enumera a importância da nossa língua:

O Português (1) a mais rica e mais complexa das línguas românicas, (2) uma das cinco línguas imperiais, (3) é falado (...) do Oriente ao Ocidente, (...) (4) é fácil de aprender a quem já saiba espanhol (castelhano) e, em certo modo, italiano (...) não é uma língua *isolada* (5) é a língua falada num grande país crescente – O Brasil.

O Português encontra-se representado em quatro dos cinco continentes, Europa, América, Ásia e África, sendo em algum dos países que o adoptaram, como língua oficial, países multilingues; na Europa, é língua oficial em Portugal e nas ilhas (Açores e Madeira), no continente africano: Moçambique, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, na Ásia onde a nossa ex-colónia, Timor, utiliza o Português, em parceria com o Tétum e na América do Sul o Brasil. Este último representa o país que tem mais falantes da nossa língua.

Só no Brasil, existem mais do de 191 milhões<sup>65</sup> a falar a língua de Camões. Escreveu Fernando da Fonseca, em 1985 já prevendo o crescimento do Brasil:

“No vastíssimo Brasil, de mais de 120 milhões de habitantes, da grande maioria dos quais fala a nossa língua (...) e nas grandes colónias de portugueses emigrantes”<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Dados disponibilizados no sítio-web [http://www.ethnologue.com/ethno\\_docs/distribution.asp?by=size](http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=size) apontam para 7º o lugar da língua portuguesa numa escala mundial.

<sup>64</sup> PESSOA, Fernando (1997) *A língua portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim, p. 152

<sup>65</sup> De acordo com o site do Instituto de Brasileiro de Geografia e estatística, as estimativas apontavam para mais de 191 milhões o número de brasileiros no Brasil. Documento disponível no sítio-web [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf) (consultado a 19 de Março de 2010)

<sup>66</sup> PEIXOTO DA FONSECA, Fernando Venâncio (1985), *O português entre as línguas do mundo (situação, História, Variedades)*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 87.

Contudo, os entraves da língua portuguesa são as línguas locais que em certos países, principalmente em África<sup>67</sup> e Timor, representam um número maior de falantes do que os da língua oficial. Sabe-se que em Timor o número de falantes do Português é bastante reduzido. Sendo esta uma língua de elite que está acessível a poucos.

A questão que se põe é em que medida o acordo ortográfico foi pensado para este problema? Mais à frente, retomaremos este assunto.

Em torno de toda a história do acordo ortográfico e como figuras principais que lhe dão voz estão por um lado os seus apoiantes e por outro os seus opositores. Todos os acordos que vingaram, e mesmo os que ficaram por adoptar, tiveram os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. Cada um apresentava deficiências e incongruências na maneira como (des)respeitava a língua; por isso alguns destes acordos não surtiram o resultado esperado, conduzindo-os ao fracasso, como nos indica o Anexo II Nota Explicativa<sup>68</sup>.

Muitas são as vozes e os argumentos que se fazem ouvir acerca deste assunto, assim foram várias as medidas tomadas para condenar a entrada deste acordo na nossa língua.

Contudo, se as vozes contra se elevam, as vozes que o apoiam também se fazem ouvir justificando a necessidade pertinente desta mudança. Lembrando que os países se encontram, cada vez mais, numa transformação constante, social, económica mas também cultural, pois vivemos num mundo global e a informação está à distância de uma tecla de computador. Inserida neste último conceito, de ordem cultural, está a nossa língua e acreditamos que nada nos identifica melhor como povo/nação e exprime melhor a nossa cultura do que a língua que falamos.

Em seguida, iremos fazer uma apresentação dos argumentos contra e a favor. Relembremos que muitos têm sido os meios utilizados para demonstrar e fixar opiniões, principalmente blogues<sup>69</sup> e artigos publicados nos diversos jornais nacionais, assim como diversas publicações literárias.

---

<sup>67</sup> Devido forte ao grau de afastamento da língua-mãe temos em certos nos países africanos onde a língua portuguesa é oficial, Cabo Verde e nas ilhas do Golfo da Guiné, crioulos que devem ser considerados línguas derivadas do português (*Cunha & Cintra, 2005:23*)

<sup>68</sup> Ver nota de rodapé nº33.

<sup>69</sup> Alguns sítios Web que disponibilizam vários documentos e discussões on-line:

a) a favor do acordo ortográfico <http://causa-nossa.blogspot.com/search?q=acordo+ortogr%C3%A1fico> (consultado a 24 de Fevereiro de 10);

b) contra o acordo ortográfico: <http://desacordo.wikidot.com/> (consultado a 24 de Fevereiro de 2010).



### III. 2. Argumentos a favor – uma só língua, uma só ortografia.

Os apoiantes do acordo ortográfico, que contam com nomes de investigadores nacionais consagrados, tais como o Professor Malaca Casteleiro, o Professor Carlos Reis, Reitor da Universidade Aberta, defendem que também a língua se deve adoptar às mudanças constantes pelas quais passamos e crescer de acordo com esta transformação global; assim devem ser ultrapassadas certas questões que nos são impostas pela tradição para adoptar uma escrita mais simples, que nos vai ajudar no ensino /aprendizagem da língua portuguesa. Este será ainda um meio que ajudará a resguardar tradições culturais comuns aos países que fazem parte dos PALOP.

O argumento principal, e chamemos-lhe principal, visto ser o que aparece frequentemente em cabeça de cartaz em quase todos os documentos, é o facto de o Português ser a única língua no mundo que tem duas normas cultas de escrita da mesma língua. Há então que simplificar e unir a língua portuguesa de modo a ser *uma*. Lê-se in *A demanda da ortografia Portuguesa* sobre este assunto:

“A uniformização da ortografia, no interior de uma comunidade transnacional que utiliza a mesma língua, apresenta indubitáveis vantagens para a consolidação de políticas comuns nas áreas culturais, económicas e tecnológicas”<sup>70</sup>.

Por estes, e por outros motivos, acredita-se que seja pertinente a existência de um acordo ortográfico entre os países de expressão portuguesa.

A nossa variante do Português está mais ligada à tradição o que torna mais difícil a sua aprendizagem, tanto a falantes do português como PLM como para aprendentes do português como PLNM.

Há portanto uma preocupação, por parte deste acordo, em projectar o Português no mundo. Tendo em conta que a preservação de uma língua passa principalmente pelo seu número de falantes e também pela facilidade que é aprendida, escreveu Pessoa<sup>71</sup>:

“A primeira condição para uma ampla permanência de uma língua no futuro é a sua difusão natural, que depende (...) do número de pessoas que a fala naturalmente. A segunda condição é a facilidade com que poderá ser aprendida (...)”.

---

<sup>70</sup> CASTRO, Ivo & LEIRIA, Isabel (1987), in *op. cit.*, p. 134.

<sup>71</sup> PESSOA, Fernando (1997), *op. cit.*, p. 149.

Acredita-se que quanto mais se simplificar, mais proficiência linguística um aprendente do Português como L2 ou LE apresentará, o que trará uma acrescida motivação na sua aprendizagem.

Nas várias universidades europeias a tendência é unânime: para professor de língua é escolhido um professor que fala a variante brasileira, e para professor de cultura é contratado um professor que fala a variante luso-africana. É na tentativa de equilibrar o ensino do Português que Malaca Casteleiro refere:

“Nas várias escolas e instituições em que por esse mundo fora se ensina e cultiva o português, convém que haja só uma ortografia, e não duas, pois tal facilita a aprendizagem”<sup>72</sup>.

Com o novo acordo ortográfico, por estar mais perto da fala, o sistema gráfico da língua passa a ser mais fonético e menos etimológico, facilitando a aprendizagem da grafia dos seus aprendentes, professores de português, “lusitanistas estrangeiros”, entre outros. Este argumento fundamenta a supressão das consoantes em certas palavras em que a consoante é muda, como actor/ator, adopção/adoção, entre outras.

“É indiscutível que a supressão deste tipo de consoantes vem facilitar a aprendizagem da grafia das palavras em que elas ocorriam. Só à custa de um enorme esforço de memorização que poderá ser vantajosamente canalizado para outras áreas da aprendizagem da língua”<sup>73</sup>.

Estas alterações são, ainda, consideradas, além de uma mais-valia na aprendizagem, uma característica inovadora da língua. Sobre este assunto, diz-nos Adela Figueroa Panisse:

“Uma das inovações refere-se às consoantes não pronunciadas ou mudas, em diferentes palavras (...) unificando assim as ortografias”<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> MALACA CASTELEIRO, João *et* CORREIRA Pedro Dinis (2008), *op. cit.*, p. 5.

<sup>73</sup> Anexo II, art. 4. 2 c).

<sup>74</sup> PANISSE, Adela Figueroa (1986), *Urgencia e necessidade do acordo ortográfico comum*. Braga: Barbosa & Xavier, p. 54.

A referida autora alerta, ainda, como investigadora, para a importância da uniformização da língua na áreas das ciências, visto que existem diferenças entre as duas normas nesta área.

“É muito importante também, muito urgente e necessário unificarmos a linguagem científica, uniformizarmos a linguagem em todos os domínios”<sup>75</sup>,

A investigadora dá, como exemplo, as palavras sacarose/sucrose, benzeno/benzol, etileno/eteno, entre outras.

Alertam os defensores deste acordo que, se há o medo de que Portugal se “abrasileirize”, deveria existir mais preocupação com os estrangeirismos, porque neles há a verdadeira perda da língua portuguesa, como defende Óscar Lopes:

“Invocar razões de diferenciação nacional contra hipotéticos abasileiramentos ortográficos é insensato (...) Risco maior de descaracterização idiomática vem hoje da invasão terminológica e até sintáctica do Inglês”<sup>76</sup>.

Por outro lado, os opositores deste acordo acusam a falta de divulgação e de explicação aos falantes da língua sobre o funcionamento desta reforma; acreditam que inúmeros falantes, depois da implementação do novo acordo, vão ficar sem saber escrever, e que o argumento de “facultatividade” fará com que a ortografia caia num autêntica desordem, ao escrever cada um como lhe apetece.

A falta de informação leva a que se pense que falaremos como os brasileiros, não sabendo, a maior parte da população, que apenas a ortografia será mudada e não o seu léxico. A palavra talho continuará a ser talho em Portugal e açougue na norma brasileira, tal como a palavra facto e fato continuará a ser grafada da mesma maneira que a escrevemos nos dias de hoje<sup>77</sup>.

Os apoiantes desta mudança defendem-se e editam o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), já disponível pela Porto Editora com a coordenação do Prof. Malaca Casteleiro; criam também um portal on-line que tem disponível toda a

---

<sup>75</sup> *Idem, Ibidem.* p.49.

<sup>76</sup> Óscar Lopes “O Acordo Ortográfico”, in CASTRO, Ivo *et alii*, *op. cit.* p. 130.

<sup>77</sup> Pensamos que poderia ser de maior interesse consultar o Dicionário online do Português do Brasil: todas as palavras de A a Z, disponível no sítio -web <http://www.dicio.com.br/> (consultado dia 01 de Março).

informação sobre o novo Acordo Ortográfico. O Portal da Língua Portuguesa<sup>78</sup> tem na sua página o VOP, desde o dia 04 de Janeiro de 2010, o qual foi desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)<sup>79</sup>, e ainda vários documentos que ajudarão a esclarecer todo o tipo de dúvidas sobre este tema.

Apesar do enorme tumulto em redor deste tema, os seus apoiantes acreditam que as alterações que serão introduzidas não são muitas e estão longe de mudar plenamente a ortografia vigente; acrescentam que quanto mais depressa se aplicar este acordo melhor será para a língua portuguesa se afirmar no mundo.

Defendem, então, que o novo acordo trará numerosas vantagens de ordem cultural, científica, técnica e pedagógica por toda a parte onde se fala Português, e que já estava na hora de Portugal fazer esta reforma ortográfica.

Em baixo apresentamos uma lista dos argumentos a favor do novo Acordo Ortográfico:

- a) Aproximação da oralidade à escrita; ter mais em consideração a parte fonética da língua.
- b) Actualmente a língua portuguesa é a única que tem duas grafias cultas.
- c) Simplicidade do ensino / aprendizagem.
- d) Unificação de todos os PALOP.
- e) Fortalecimento da cooperação educacional dos países da CPLP.
- f) Evolução da língua portuguesa.
- g) Pequena quantidade de vocábulos alterados (1,6% em Portugal e 0,45% no Brasil).<sup>80</sup>
- h) O português é o 7º idioma mais falado no mundo (como língua materna) e o 3º no mundo Ocidental. A unificação das grafias permite aumentar, ou pelo menos manter a força da Língua Portuguesa no panorama mundial. 7º como língua materna, 3º língua românica na Europa,

---

<sup>78</sup> Sítio-web <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=main>

<sup>79</sup> Fundação com fins não lucrativos que tem como um dos seus associados Universidade Nova de Lisboa e tem uma das suas sedes na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

<sup>80</sup> Percentagem mencionada no Anexo II, Nota Explicativa ao acordo ortográfico da língua portuguesa (1990), o que significa que serão alteradas 600 palavras em cerca de 110 000, como é explicado no documento indicado.

I) É um meio de preservar tradições culturais comuns.

### III. 3. Argumentos contra

Tal como nos anteriores acordos a crítica não tardou a chegar. Se em 1986 a forte corrente contra o acordo ortográfico foi um dos motivos que retardou a sua entrada em vigor, neste, a crítica não teve a mesma força, mas espalhou-se por toda a opinião pública mostrando a forte resistência ao acordo implementado, que dizem, os seus opositores, ninguém pediu.

No lado adversário, surgem nomes com Vasco Graça Moura, primeiro subscritor da petição Em defesa da língua portuguesa<sup>81</sup>, António Emiliano, linguista e filólogo, professor no Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, entre outras figuras públicas e estudiosos desta área.

Para os arguentes deste acordo, os argumentos apresentados a favor desta reforma, na sua Nota Explicativa, não são suficientes para que este seja implementado; citemos António Emiliano:

“Os argumentos apresentados são insuficientes, deficientes e, nalguns casos, falaciosos.”<sup>82</sup> .

Afirmam que não houve a preocupação de se fazer um estudo aprofundado, elaborado por estudiosos na área da linguística, que mostrasse o impacto que esta mudança trará junto de cada indivíduo e da comunidade.

Defendem que a ortografia não é uma instituição que se altere naturalmente, e que o novo acordo irá criar uma enorme instabilidade ortográfica. O Português tem um sistema ortográfico e ortolinguístico com um grau de codificação elevado e, por isso, apresenta uma grande rigidez nos seus elementos, o que tem como consequência uma maior resistência à mudança.

A aprendizagem de uma língua e/ou de uma ortografia é sempre um processo lento e complexo que não se altera simplesmente porque a ortografia é simplificada. Este argumento é utilizado contra à questão da maior facilidade na aprendizagem do Português

---

<sup>81</sup> Documento disponível no Sítio Web <http://desacordo.wikidot.com/requerimentovgm> consultado no dia 13 de Fevereiro

<sup>82</sup> EMILIANO, António (2008), *op. cit.*

e inclui os aprendentes de PLM e PLNM que irão seguir este novo código ortográfico; menciona o autor *supra* referido:

“Nas escolas, a instabilidade e insegurança ortográficas que inevitavelmente se instarão terão efeito cumulativo com outras pragas (...) que assolam o nosso depauperado sistema educativo”<sup>83</sup>.

Ainda sobre este assunto e acerca da aprendizagem do português como LE, escreve Vasco Graça Moura:

“A aprendizagem do português como língua estrangeira nunca foi dificultada pelas diferenças ortográficas. O Brasil leva a melhor porque tem uma pronúncia muito mais clara, mais musical, enquanto a nossa se engrola em sonoridades amorfas entremeadas por sh... sh...”<sup>84</sup>.

Ainda segundo Graça Moura, este acordo cortará com a história e com a etimologia das palavras na nossa língua, pois a grafia, que querem alterar, transporta com ela informação etimológica e cultural, parentescos com outras línguas, matrizes de derivação, elementos para a decifração do sentido, etc. Ao adaptar a escrita à fonética irá, perder-se toda essa informação, diz o mencionado autor:

“O acordo não define regras, não se arrima à etimologia nem aos usos e não pode remeter para a história das palavras ou para vocábulos e dicionário”.

O que se deve ter em conta é a qualidade e a estabilidade do sistema e do ensino da língua.

Outro problema que surge, é o facto da nova ortografia afectar profundamente a grafia do português<sup>85</sup>; mais uma vez se critica a falta de rigor com que foi feito este acordo, não recorrendo a especialistas para avaliar o verdadeiro impacto que esta reforma terá na língua portuguesa.

---

<sup>83</sup> *Idem, Ibidem*, p. 27.

<sup>84</sup> GRAÇA MOURA, Vasco (2008), *op. cit.* p.31.

<sup>85</sup> Apesar de dados oficiais indicarem que apenas 11,6% em Portugal e 0,45% no Brasil serão alteradas.

A enorme permissividade ortográfica vem, também, a ser um dos fortes “contra” a nova grafia. Pois, este admite, como mencionámos anteriormente, grafias facultativas em toda a sua extensão. Os oponentes a este acordo crêem que se instalará o caos na ortografia e que não só a escrita será alterada, mas também a pronúncia.

Defende a crítica que, na acentuação das palavras admitida pela nova regra, não há linguisticamente nada que comprove a necessidade da alteração e caracteriza esta opção de acentuação como “difícilmente explicável”<sup>86</sup>.

Mas nem só de cultura e etimologia da palavra falam os críticos deste acordo; afirmam também que esta reforma trará ao país diversos problemas económicos. Portugal terá de investir muitos milhões de euros a fazer novos manuais e a expansão do livro nos PALOP irá facilmente ser ultrapassada pelas editoras brasileiras; estas editoras irão facilmente exportar os seus manuais, tendo em conta que as alterações que terão de fazer nos seus livros são mínimas.

As editoras portuguesas, por exemplo a Porto Editora e a Texto Editora, lideram a edição e exportação de manuais escolares nos PALOP. Crê-se que esta reforma ortográfica demonstra que Portugal se está, mais uma vez, a sentir como um país pequenino e que se está a subordinar a interesses brasileiros; escreve Eric Hewett, linguista formado em Roma, e citado num artigo publicado no Jornal Expresso, que acha extraordinário “ que uma potência colonial europeia mude a sua ortografia para se aproximar da de uma colónia”<sup>87</sup>.

O Português europeu é, como já mencionámos, a única língua no mundo que tem duas normas cultas de escrita. Como referimos anteriormente, o Português do Brasil sofreu várias influências, aquando da sua colonização. Podemos caracterizar essas influências como indígenas, africanas, do Português da metrópole, entre outras, que ainda hoje se mantêm e deram origem a uma norma culta que, foneticamente e no seu sistema de escrita, se distancia da norma luso-africana.

Com esta reforma pretende assegurar-se a unidade linguística; contudo, se observarmos outras línguas, caso do Inglês, do Espanhol, do Francês, que se encontram no topo das línguas mais faladas no mundo e que estão representadas em vários continentes, cada uma delas apresenta variantes, tal como o Português. Vejamos o exemplo do Inglês que tem diferentes formas de escrita, e mesmo fala, como a americana, a inglesa, a

---

<sup>86</sup> ANDRADE PERES, João (2008) *Breve parecer sobre a entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990*, documento disponível online: [http://localhostr.com/files/d6fbbf/09\\_JAP.pdf](http://localhostr.com/files/d6fbbf/09_JAP.pdf). (05 de Março 2010)

<sup>87</sup> CORDEIRO, Ana Dias (2009), *Acordo ortográfico Argumentos contra e a favor de linguistas e outros especialistas*. Jornal Expresso. Nº 7210.

australiana, entre outros, e que não tem estes problemas. Graça Moura cita um artigo, saído no Jornal Expresso, que dizia o seguinte:

“se Portugal não avançasse para um acordo com o Brasil (...) em breve o português de Portugal não seria mais do que uma bizarra falada por uns meros 10 milhões de pessoas”<sup>88</sup>

Mas a Inglaterra ou a Espanha não estão preocupadas com o facto da sua língua não ser uniforme nos diferentes continentes que a têm como língua oficial. É de conhecimento comum, que os falantes do Português do Brasil têm uma enorme dificuldade em perceber o linguajar do Português europeu; também se passa o mesmo com o Inglês de Inglaterra e o Inglês americano, e este problema de uniformização não se põe. Assim, os críticos deste acordo concordam que a identidade absoluta da língua é impossível e que não será através desta reforma que o Português terá uma maior projecção no mundo.

Desde a Idade Média, iniciando-se na época dos descobrimentos, que o Português é uma língua internacional sem problemas de difusão ou promoção, independente de qualquer variante ou da forma como se escreve. Sendo assim há que,

“pensar um pouco no que significa e implica a “projecção internacional”, [defendida pelos apoiantes deste acordo], da língua no linguajar dos políticos (...) é que se o problema se resume a contar e a exhibir milhões de falantes (face aos milhões de outras línguas), então está-se, no limite, a pensar na língua em termos imperiais, o que, no tempo em que vivemos não faz sentido”<sup>89</sup>.

Terminando a ideia anterior, não será esta reforma que trará ou ajudará à propagação do Português no mundo, pois a língua de Camões já se encontra, desde meados do séc. XIV, valorizada nos vários pontos do globo.

Outra questão que muita tinta tem feito correr sobre este tema é a ratificação deste documento. Para que o Acordo Ortográfico possa ser implementado, todos os oito estados signatários têm de o ratificar. Até hoje, Angola e Moçambique são os únicos países, inseridos nos oito países da CPLP, que não ratificaram a nova reforma ortográfica e que não têm ainda data para o fazer. Apesar das diferentes opiniões, há quem acredite que nenhum país quer ficar isolado e que todos acabarão por o aprovar, assim que ele entrar em vigor nos restantes países. O problema que aqui se põe é que na verdade, teoricamente o

---

<sup>88</sup> *Idem, Ibidem*, p.21.

<sup>89</sup> EMILIANO, António (2008), *op. cit.* p. 13, 14



acordo não poderia ser aplicado sem que todos os países pertencentes à CPLP o validassem. E isto foi claramente ultrapassado e não foi respeitado.

Estes são os argumentos que os investigadores e a opinião pública têm apresentado contra o Acordo Ortográfico. Sem referirmos os problemas apresentados sobre a questão gramatical, como a apresentámos no capítulo anterior, mencionamos que muitas destas críticas têm acompanhado a história desta mudança ao longo de várias décadas.

Algumas críticas foram repensadas e levaram a algumas alterações no documento oficial, principalmente depois da vaga de desacordos acerca da acentuação que sugeria a modificação ortográfica de 1986. Nesse ano, as vozes que se levantaram contra tiveram o peso necessário para repensar o acordo; desta vez, estas vozes não foram suficientes.

Assim resumimos:

- O Acordo Ortográfico não assegura, antes prejudica, a unidade da língua portuguesa.
- Economicamente, Portugal perderá para o Brasil quando se começarem a exportar manuais para os PALOP, pois os manuais portugueses terão de sofrer maiores alterações. E isso vai custar dinheiro e tempo.
- A aprendizagem do PLE nunca foi dificultada pelas diferenças ortográficas. Daí não ser coerente dizer que o Acordo facilitará a aprendizagem do PL2.
- A falta de rigor na elaboração do novo Acordo. Não houve apelo aos linguistas para uma preparação mais rigorosa do mesmo.
- Este Acordo vai contra a etimologia da língua, ou seja, corta com a tradição histórica de uma língua que apresenta vários séculos de escrita e que descende directamente do latim. Crê-se que com esta “nova norma” vai cortar com a raiz linguística, o latim.

Assim, este Acordo trará os seguintes prejuízos para a nossa língua:

- “Custos económicos para o mercado editorial”, um processo dispendioso que implica a revisão e nova publicação de todas as obras escritas (os materiais didácticos e dicionários tornar-se-ão obsoletos, reaprendizagem por parte de um grande número de pessoas, inclusive crianças que estão agora a dar os primeiros passos na escrita);
- Custos psicológicos e sociais para um país que de repente deixa de saber escrever;
- Custos no sistema de ensino;
- Custos culturais.

### III. 4. A prática do acordo ortográfico

O portal de Língua Portuguesa aponta para dia 1 de Janeiro de 2009, no Brasil, e 1 de Janeiro de 2010, em Portugal, a data para a implementação deste acordo, aparecendo esta informação em grande destaque assim que se abre o sítio web.

Mas, na prática, como está a decorrer a nova adaptação?

Em Portugal, o movimento contra, ainda acredita que se irá voltar atrás com este acordo, mas as coisas fazem-se devagarinho, bem ao ritmo nacional. Na educação, e apesar da preocupação dos professores de Português, “ainda não estão definidas metas” de acordo com a Ministra da Educação Isabel Alçada, que segue cautelosamente este processo, visto que ainda não estão disponíveis todos os instrumentos pedagógicos e didáticos para iniciar esta alteração.

A Associação de Professores de Português (APP) alertou para o facto de o novo acordo entrar em vigor a partir do próximo ano lectivo, 2011-2012, para o ensino básico, do 1º ao 9º ano, e não haver, ainda, acções desenvolvidas, de modo a que os educadores da língua portuguesa sejam preparados para esta mudança. Assim, a APP mostra-se preocupada com a falta de formação de professores, que terão de se reeducar para se adaptarem à nova ortografia portuguesa. Lembrando que não serão apenas os professores de português que terão de saber escrever de acordo com a nova nomenclatura da língua de Camões, também professores de outras áreas terão de saber escrever de acordo com o novo sistema ortográfico. Assim, novos manuais terão de ser criados de modo a que se ajustem à mudança, tendo de existir, por parte do governo, apoio neste sentido.

Na imprensa, órgão pioneiro em Portugal e no Brasil na aplicação da nova reforma, são vários os jornais onde já se pode ler de acordo com a nova terminologia. Vários jornalistas tiveram formação, numa parceria criada pelo portal Ciberdúvidas e do ILTEC. José António Lima, director adjunto do jornal *Sol*, em entrevista ao jornal *Expresso*<sup>90</sup> alega que “a intenção é começar a aplicar o acordo o mais rapidamente possível”. Dos jornais nacionais que implementaram esta reforma, são exemplo o jornal *Record* e *O Despertar*, que a adoptaram em Março de 2008; o *Correio da Manhã* e o jornal *Expresso* apontam para 2010 a aplicação do mesmo, já o *Público* não vai o adoptar, para já.

Para as editoras, o acordo não é ainda tema de conversa. Os vários livros que irão estar disponíveis nos próximos meses seguirão a norma antiga.

---

<sup>90</sup> CORDEIRO, Ana Dias (2009). Art. *Cit.*

Quanto ao Brasil, sabemos que do outro lado do oceano a pressão para aplicar este acordo tem sido maior. A grande maioria dos meios de comunicação já o adoptaram, apesar da fase de transição só terminar em 2012; também nas escolas esta alteração ortográfica já começa a ser aplicada.

Mas se estas últimas linhas nos levam a crer que este acordo se implementou facilmente, estamos enganados. Também no Brasil a resistência à nova reforma se faz sentir, e os nossos compatriotas brasileiros queixam-se da falta de rigor com que foi elaborado o texto do acordo ortográfico.

Uma mudança é sempre complicada, principalmente quando tocamos num assunto tão delicado como a nossa língua. Achamos importante frisar que ao longo de todo este processo, com acordos implementados ou não, surgiram de ambos os lados uns que acreditam que, na mudança, está a renovação da língua, e outros que acham que, na tradição, está a nossa autenticidade.

#### IV. Políticas linguísticas na defesa da língua portuguesa

##### IV.1. O português luso-africano e o português do Brasil – uma língua, duas normas cultas

Ao longo dos anteriores capítulos, debruçámo-nos sobre o novo Acordo Ortográfico e sobre as diferenças que virão a ser implementadas no Português, a única língua no mundo que apresenta duas normas cultas. Mas como pode isto acontecer? Até que ponto a aceitação de duas normas ajuda ou prejudica a língua? Estarão os termos língua e cultura intimamente ligados?

É na tentativa de dar resposta a estas perguntas que surge este capítulo. Para responder a estas questões, achámos pertinente apresentar uma breve história do Português no Brasil, que tem início aquando da colonização da terra a que os portugueses deram o nome de Vera Cruz.

Tal acontecimento pôs em contacto os povos que habitavam aquele território, os índios, com os colonos que chegavam para descobrir o novo mundo. No contacto entre estas duas culturas, possuidoras cada uma da sua língua, formou-se aquilo a que se chamou *língua geral*. Essa língua não era mais do que o Tupi, idioma do litoral brasileiro da família tupi-guarani, que actuava ao lado do Português como língua de comunicação entre os colonos e os nativos.

Desde cedo, os índios - que eram em número muito superior aos Portugueses - tiveram de aprender o novo idioma. Juntar o Português ao Tupi foi uma estratégia política utilizada pelos novos habitantes daquela terra, com vista a ganharem terreno e a confiança dos indígenas, durante o processo da colonização.

Para o estabelecimento da língua portuguesa no território, contribuiu também grandemente o facto de em meados da década de 60 do séc. XVI, apenas 60 anos após a descoberta do Brasil, se ter iniciado o tráfico negreiro para esta colónia. Tendo chegado aos milhões, os escravos depressa se tornaram o principal meio de desenvolvimento da economia neste país tropical:

“Mas o Brasil, onde o número de colonos europeus é muito reduzido, depende inteiramente dos escravos. Se o tráfico acabar, a agricultura brasileira entra em colapso”<sup>91</sup>

Falando muito provavelmente uma mistura de Português e línguas locais (afinal, a presença da língua portuguesa na costa africana foi uma constante durante séculos), os escravos exerceram certamente um papel decisivo no estabelecimento do Português como língua de excelência.

No início do séc. XVII, a emigração para o Brasil começa a intensificar-se, tendo sido muitos os Portugueses que se deslocaram para o novo continente, tentados pela riqueza da colónia.

No séc. XIX a corte portuguesa muda-se para o Rio de Janeiro, o que reforçou o uso da língua. Segundo Mira Mateus:

“Todas estas circunstâncias forçaram a utilização do português e a sua progressão extensiva aos falantes das línguas gerais mantendo-se apenas as línguas que hoje perduram como maternas em comunidades índias e, como foi dita alguns vestígios de um crioulo afro-brasileiro”<sup>92</sup>.

O Brasil, já colonizado pelos Portugueses, permaneceu, apesar de todas as diferenças dialectais, com a língua do seu colonizador. É de conhecimento geral que o Português, que se fala nos dias de hoje na terra de Vera Cruz, é resultado de muitas transformações, acréscimos e/ ou supressões de ordem morfológica, sintáctica e fonológica. Refere Pilar Cuesta<sup>93</sup>:

“A norma culta brasileira diverge da portuguesa não só em traços fonéticos ou no léxico cultural mas também nas particularidades sintácticas (...) Quanto à linguagem popular e regional, escusado será dizer que o seu afastamento da norma culta portuguesa é muito maior que o da literária ou familiar “ acrescenta ainda que os, principal, traço diferencial do português brasileiro é “ (...) sem dúvida o vocabulário”.

---

<sup>91</sup> AGUALUSA, José Eduardo (2006), *Nação Crioula, A Correspondência Secreta de Fradique Mendes*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 11.

<sup>92</sup> MIRA MATEUS, Maria Helena (2001), *Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreenda que uma língua viva em diferentes culturas?* Documento disponível no sítio-web [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-mhmateus-quando\\_uma\\_lingua\\_vive.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-mhmateus-quando_uma_lingua_vive.pdf) (Consultado dia 08 de Março de 2010)

<sup>93</sup> VÁZQUEZ CUESTA, Pilar & MENDES DA LUZ, Maria Albertina (1971), *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, p. 120 -121.

Embora estes estejam geograficamente afastados, o léxico constitui um dos aspectos mais reveladores da histórica vivência entre Portugal e o Brasil.

As diferenças entre as duas normas, resultantes do contacto entre os diferentes povos que ocuparam o Brasil durante a sua formação, são facilmente perceptíveis. Entre indígenas, escravos africanos, imigrantes de vários pontos da Europa – Alemães, Italianos e Holandeses são o exemplo de algumas nacionalidades que tiveram uma forte influência naquele país – e claro, Portugueses, houve uma troca de culturas, línguas e dialectos que formam o grande país que é o Brasil. Revela-se, assim, neste território americano, um curioso quadro multi-linguístico. Acrescenta Mira Mateus:

“Releve-se também o contacto do português com os largos grupos de emigrantes, europeus e asiáticos, que se fixaram no centro e sul do Brasil e que mantêm, em muitas circunstâncias, a sua própria língua no interior das respectivas comunidades (...)”<sup>94</sup>

Com todas estas misturas, a Terra de Vera Cruz criou uma identidade, a que Eni Orlandi<sup>95</sup> chama “identidade brasileira”. Esta é consequência da sua história e de todos os cruzamentos que sofreu. Na língua de cada povo encontra-se marcado o passado, arriscamo-nos mesmo a dizer a personalidade<sup>96</sup>, a marca da sua identidade<sup>97</sup>; ou como diria Eça de Queirós na voz de Fradique Mendes, “na língua verdadeiramente reside a nacionalidade”<sup>98</sup>.

---

<sup>94</sup> MIRA MATEUS (2001) art. *cit.*

<sup>95</sup> ORLANDI, Eni (1998) *Ética e política linguística, línguas e instrumentos linguísticos*, citado in sítio-web <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/forum/index.html> (consultado no dia 03 de Março de 2010)

<sup>96</sup> Queremos com isto dizer e, comparando as duas normas, a brasileira e a portuguesa, que somos caracteristicamente um povo mais fechado, mais pacato e a nossa pronúncia revela isso mesmo, falamos com a boca mais fechada e o som sai mais para dentro, mais tímido, mais fado. Já o brasileiro é caracteristicamente alegre, carnavalesco fala com ritmo, com os sons mais abertos, mais samba. Se tivermos atenção à maneira de falar dos dois povos, vemos que o modo como falamos caracteriza também um povo, mostrando um pouco da personalidade de cada nação; refere Fernando Pessoa, in *A Língua Portuguesa* “ora a ortografia é um fenómeno puramente cultural (...)”.

<sup>97</sup> Achamos pertinente fazer a distinção entre identidade e cultura. Acreditamos que identidade está intimamente ligada à língua – que se realiza pela fala – e nela reside a verdadeira identidade de um povo. Esta funciona quase como passaporte, algo que identifica uma nação. Já a cultura encontra-se também numa estreita relação como a língua, mas é independente dela; simplificando, facilmente se tem acesso à cultura de um povo, aos seus hábitos, costumes, religião etc., mas em relação à língua, há uma maior dificuldade de acesso, levando a um estudo mais intensivo.

<sup>98</sup> QUEIRÓS, Eça (1944), *A correspondência de Fradique Mendes (Memórias e Notas)*. Lisboa: Livraria Lello & Irmão, p. 142.

Também Fernando Pessoa, através do seu semi-heterónimo Bernardo Soares, se debruçou sobre este assunto e escreveu célebre frase “A minha pátria é a língua portuguesa”, a língua é do povo português e daqueles que a têm como o seu primeiro idioma. O poeta criou um Quinto Império para Portugal, e esse império que muitos pensam estar fixado apenas nos livros de História, mantém-se vivo através do império da língua. Perdeu-se o império material – das especiarias, do ouro, do marfim – mas o império linguístico perdura em todos os continentes, unindo povos com diferentes culturas, reunindo negros, amarelos, vermelhos, brancos, e reunindo países que se encontram geograficamente distantes, mas que têm em comum o idioma. E é nessa diversidade que reside, verdadeiramente, a riqueza da nossa língua.

E isso, sim, é melhor que qualquer outro império que se possa ter criado. Tendo-se historicamente todos os impérios de outrora perdido, mantém-se a língua para a prosperidade.

Como exemplo, relembramos o Império Romano, que apesar da sua queda, continua vivo na descendência de todas as línguas que têm o Latim na sua base<sup>99</sup>. Desta forma, erradamente se enuncia que “o latim é uma língua morta”; de forma contrária a essa tese, afirmamos que esta língua que está espalhada por diversos países não morreu, evoluiu; assim, o quinto império cumpriu-se, se existe mais do que uma norma para o português não será esse o problema da sobrevivência da nossa língua.

Os Ingleses cedo descobriram que não é a maneira como se escreve ou se fala que mata um idioma, por isso, temos hoje as grandes potências – Estados Unidos, Austrália e Inglaterra – com a língua a uni-los; deste modo, teríamos diversas normas cultas, pois são vários os países que têm o inglês como sua língua oficial e, em cada um em cada um desses países, a pronúncia é diferente. Tal como para o brasileiro é difícil compreender um Português europeu, também para um americano é difícil compreender o sotaque tão característico que marca o *British English*.

Adverte, Mira Mateus<sup>100</sup> que, linguisticamente, não se pode concluir que as diferenças existentes entre o português luso-africano e o brasileiro são suficientes para afirmar que são línguas distintas, daí advém o facto de a nossa língua apresentar duas variantes. Contudo, referimos anteriormente que o inglês não se preocupa com esta questão. Urge então clarificar por que razão insistimos em reforçar que o Português

---

<sup>99</sup> São elas o Espanhol, Catalão, o Português, o Italiano, o Francês, o Provençal, o Rético, o Sardo e o Romeno

<sup>100</sup> MIRA MATEUS (2001) art. *cit.*

apresenta duas normas cultas. Em última análise, crê-se que seja uma questão meramente política. Citamos a referida autora:

“(...) a manutenção dessas variedades no enquadramento do que se denomina uma língua é, em última análise, uma opção política. Ou seja, o termo “português”, que cobre as variedades sociolectais, dialectais e nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional”<sup>101</sup>.

Para concluirmos, não há linguisticamente dados que comprovem que uma variante é mais correcta que a outra, por isso acreditamos que ambas as maneiras de falar do Português estão correctas e que abarcam muito mais do que simples diferenças na sua estrutura. O Português do Brasil apresenta uma organização harmoniosa do seu passado, juntando todas as influências que sofreu a sua cultura, mas mantendo a sua raiz e conservando palavras que são herança dos povos que em tempos habitaram aquele território. Foi a partir da sua independência que foram feitas evoluções que deram características à língua. Já a norma portuguesa sofreu uma evolução diferente, mantendo ainda nos dias que decorrem uma forte ligação à sua tradição etimológica.

Acreditamos, tal como Celso Cunha, que se deve “reconhecer como característica principal da língua a sua liberdade normativa”<sup>102</sup>.

Se as duas normas existem, elas mostram a diversidade que enriquece a língua. A atitude correcta que a tomar seria aceitar as duas e conciliá-las harmoniosamente, sem descurar que existem, além de Portugal e Brasil, mais seis países que falam a nossa língua e que neste acordo, parece, não são postos em evidência.

Aceitaríamos face a esta reforma, uma verdadeira política linguística, rejeitando prontamente, a política na língua.

#### **IV.2. O Ensino do português para estrangeiros; o crescimento do ensino da língua e políticas adoptadas para fazer face ao problema**

O ensino de uma língua a um não nativo traz consigo muito mais importância do que se pensa, à partida. Dar a conhecer um idioma, é dar a conhecer não só o léxico ou a

---

<sup>101</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>102</sup> CUNHA, Celso (1985) *Em busca de uma norma objectiva, a questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 56-57.



gramática, mas também a cultura e a história de um país, e sua expansão num espaço geográfico. Assim, o ensino não é só uma questão linguística, mas também política e económica, uma vez que a língua irá expandir-se e entrar em contacto com outras línguas e culturas. Esta questão abarca dois tipos de aprendentes, os de PLE e os de PL2.

O português tornou-se uma língua franca num processo que foi rápido e duradouro. A língua foi-se adaptando de forma natural aos diferentes locais e evoluindo para vários tipos de crioulo, perdurando ainda nos dias de hoje em alguns locais longínquos e que não têm a língua de Camões como língua oficial ou de cultura. São exemplos Diu, Goa ou Malaca, na Índia<sup>103</sup>. Nestes casos, o Português aparece como um elemento de identidade histórica, fenómeno este, que é apresentado por David Graddol<sup>104</sup> com um dos factores que motivam a aprendizagem de uma língua.

Há uma tendência global de regresso às origens, nos diversos países onde os Portugueses marcaram presença durante a propagação do seu império. Em locais como África, Timor, Índia, e outros, podem existir grupos que queiram aprender Português por razões de herança familiar ou mesmo histórica.

Mas esse não é o único motivo que levará o Português a ter um crescimento e uma maior procura na sua aprendizagem. Ainda segundo o referido autor, existem três formas de crescimento no uso de uma língua, são elas:

1. O crescimento orgânico: este crescimento está directamente ligado ao crescimento populacional. É um crescimento lento e depende muito pouco da uma intervenção política. A língua portuguesa representa uma forte potência, neste crescimento, devido ao grande desenvolvimento do Brasil. Segundo Graddol

“A demografia explica como as grandes línguas do futuro são intensamente afectadas por ser nos países em via de desenvolvimento que se verifica o maior crescimento populacional. Tal facto explica a razão pela qual línguas como o italiano estão em declínio e línguas como o português estão a crescer”<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> Nestes países, assim como em Timor, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, falam um português que tem por base a variedade europeia, contudo ele aparece modificado sobretudo pela utilização de um vocabulário proveniente das línguas nativas e onde não faltam certas características próprias na sua fonologia e gramática, segundo Cunha & Cintra (2005), *op. cit.*, p. 24.

<sup>104</sup> *Promoção da língua portuguesa no mundo* (2007), documento disponível no sítio-web: <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf> (02 de Março de 2010)

<sup>105</sup> *Idem, ibidem.*

2. Crescimento do uso de uma L2: é bastante importante nos países que têm o Português como língua oficial – é menos lento e “mais sensível à acção dos governos, é desenvolvido, principalmente, através de políticas educativas”<sup>106</sup>.
3. Aumento do uso de uma língua como LE, através do seu ensino: este é o último crescimento apresentado. E prende-se com o apoio no ensino da língua e um esforço por parte dos governos, e de outras entidades que possam estar envolvidas nesta questão, e influenciem este processo. Assim, também o crescimento da língua portuguesa está dependente do apoio ao seu ensino conjugado com um esforço dos governos que possam influenciar este processo.

A aprendizagem de um novo idioma está, cada vez mais, intimamente ligada à economia, afastando um pouco do que em tempos se fazia por passatempo, ou até mesmo para se conhecer a cultura de um país. Aquando da escolha de uma língua, os estudantes tendem a ter em conta a importância do idioma no mercado internacional de trabalho – ou seja, quão importante em termos económicos e sociais ela é - esperando com isto, eventualmente, vir a abrir portas para futuros empregos.

Com o crescimento económico do Brasil, assim como de certos países africanos<sup>107</sup> de expressão portuguesa – Angola, principalmente, que tem mostrado um enorme crescimento económico nos últimos anos, – crê-se que irá existir um aumento na escolha do português como língua a aprender.

Vivemos num mundo global e segundo adverte Graddol, “em matéria de línguas na economia global o importante é a diversidade”; deste modo, as várias línguas estrangeiras tendem a crescer e o Português, tal como os outros idiomas, tende, também ele a sofrer um aumento na sua aprendizagem, devido ao mundo em que vivemos ser movido pela economia.

Vários são os factores que valorizam e influenciam a aprendizagem do português. O facto de não ser uma língua tão falada como o espanhol, pode ajudar a língua portuguesa em certos contextos, por ser menos valorizado, porque tem representação em quase todos os continentes, exceptuando a Austrália, por aparecer como língua de identidade entre os luso-descendentes, etc.

Por ser uma das línguas vivas mais antigas e que se encontra bem posicionada no *ranking* mundial, 7º lugar atrás do Inglês, Espanhol, Mandarin etc.

---

<sup>106</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>107</sup> Como exemplo temos o caso da China que está a apostar em várias empresas que estão sedeadas em África, o que tem contribuído para o aumento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa nesse país.

Muitos encaram o Inglês como uma grande ameaça para a aprendizagem de outras línguas, o que não poderia ser mais errado. O Inglês pode, ao contrário do que se pensa, abrir portas para a aprendizagem de um outro idioma. Partindo do princípio que em muitos países uma criança começa a aprender a língua anglo-saxónica desde tenra idade, aprender outro idioma, como o português, pode ser uma opção quando se chega ao secundário.

Deve, deste modo, existir uma entre ajuda entre países que se encontrem geograficamente perto e que tenham línguas distintas. Como o caso do Brasil e da Argentina, que em acordo aceitaram unir os seus países linguisticamente, sendo que no Brasil o Espanhol será obrigatório, e na Argentina, o ensino do português.

“O ensino do português passará a ser obrigatório na Argentina, em escolas de nível médio e também em escolas primárias de Províncias da região de fronteira com o Brasil. A disciplina será optativa para estudantes de instituições públicas e privadas, mas as escolas deverão ofertá-la de maneira permanente.”<sup>108</sup>

Notícia o site oficial do Instituto Camões, onde esta iniciativa foi documentada, que a instituição está muita dificuldade em para enviar leitores para este país, devido à enorme procura.

“A procura e o interesse pela Língua Portuguesa na Argentina ultrapassa actualmente a capacidade do Instituto Camões de Buenos Aires e dos professores habilitados para o ensino do Português.”<sup>109</sup>.

Esta é uma das medidas, possíveis, para a promoção da língua, mas acreditamos que muito mais pode ser feito. Na aldeia global em que vivemos, uma educação intercultural é uma tendência que parece estar longe de acabar. Perante esta diversidade existem, a nível europeu, medidas de ajuda aos profissionais da educação. Estão neste caso documentos como o Quadro Comum de Referência (QECR)<sup>110</sup>, que elabora uma

---

<sup>108</sup> Notícia disponível no sítio-web <http://www.tribunaimpressa.com.br/Conteudo/Ensino-de-Portugues-sera-obrigatorio-na-Argentina,120381,60009>. (Consultado no dia 11 de Março de 2010).

<sup>109</sup> Notícia disponível no sítio-web <http://www.instituto-camoes.pt/argentina/ensino-da-lingua-portuguesa-nao-chega-para-as-encomendas.html>. (Consultado no dia 11 de Março de 2010).

<sup>110</sup> Documento disponível no sítio-web [http://www.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/724/Quadro\\_Europeu\\_total.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/724/Quadro_Europeu_total.pdf). (Consultado no dia 05 de Março de 2010).

base comum para a produção de programas, objectivos e métodos, define, ainda, níveis de proficiência, e o Portfólio de Línguas<sup>111</sup>, que permite um impacto maior na motivação do aprendente e ajuda-o a reflectir sobre a sua aprendizagem. Estes documentos, são fundamentais para o ensino de uma L2 ou LE, servem, principalmente, para construir uma harmonia entre o ensino e a aprendizagem das línguas vivas na Europa.

No nosso país, a legislação portuguesa desde cedo abriu caminhos para a questão da multiculturalidade, com a constituição da República Artigo 13 – Princípio de Igualdade, mas é com a Lei de Bases do Sistema Educativo (lei nº 46/86, publicada a 14 de Outubro de 1986<sup>112</sup>) que se dá uma maior importância à diferença. Em Julho de 2005, os serviços centrais do Ministério da Educação elaboram o documento orientador do PLNM, que tem como objectivo orientar o professor para o ensino do português como língua não materna.

Apesar dos vários esforços por parte do governo, parece que os documentos nacionais reguladores não estão a surtir o efeito desejado, e acreditamos que algo mais deveria ser feito. Os professores ainda não estão todos cientificamente preparados para este tipo de ensino.

Analisando a tendência que se tem verificado nos últimos anos, a taxa de emigração tem vindo a aumentar e chegam ao nosso país indivíduos vindos da Europa de Leste, da China, que continuam a vir de África, entre outros, que necessitam de outro tipo de acompanhamento.

Para combater as deficiências no ensino, seria importante que houvesse uma disciplina didáctica de PLE nos cursos de formação inicial de professores, de modo a fornecer aos educadores da nossa língua a preparação necessária para enfrentar esta situação.

Apesar de todos os documentos reguladores, o professor deve estar ciente que uma boa comunicação com o aluno é a chave para o sucesso de qualquer aprendizagem e, não deve descurar, principalmente, o historial linguístico do seu aprendente. O professor deve ter também em atenção que o nosso idioma tem a responsabilidade de ser ensinado nos países da CPLP como L2 e não L1.

---

<sup>111</sup> Documento disponível no sítio-web [http://sitio.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/741/portfolio\\_europeu\\_EB23.pdf](http://sitio.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/741/portfolio_europeu_EB23.pdf) (consultado no dia 05 de Março de 2010)

<sup>112</sup> Documento disponível no sítio-web <http://intranet.uminho.pt/Arquivo/Legislacao/AutonomiaUniversidades/L46-86.pdf>. (Consultado no dia 05 de Março de 2010).

Este acordo ortográfico parece esquecer a representação lusa nas antigas colónias, prendendo-se apenas ao país que mais falantes do Português tem, o Brasil. Se temos a língua portuguesa representada em quatro dos cinco continentes, há que não esquecer que África e Timor também representam a nossa língua além fronteiras.

No ensino do PLE e PL2, tem ainda de ser feito um maior esforço para a promoção do nosso idioma no estrangeiro. No caso do PLE, Portugal não pode ficar à espera do crescimento demográfico, que, apesar de favorável, tem os seus lados negativos.

Há que ter ainda em consideração os emigrantes portugueses espalhados pelas diversas partes do globo, pois o nosso idioma aparece como língua de identidade entre luso-descendentes e, tal como já referimos anteriormente, há uma inclinação das segundas ou terceiras gerações para retornarem às origens. Os emigrantes aparecem-nos assim, como um elemento importante na preservação da língua além-fronteiras.

Várias são as estratégias para a promoção do Português. De acordo com Graddol, resumimos algumas que ainda não foram referidas:

1. Criar um fácil acesso ao ensino do Português. A construção de infra-estruturas por si só não é suficiente, se não houver uma "estratégia global acerca da língua portuguesa, a qual, há-de ser necessariamente muito diferente para aprendentes do português como L1 ou L2 e LE.
2. Deve assumir-se uma maior defesa do Português, por parte dos altos cargos. Criar uma política linguística defendida pelo estado.
3. Promover a cultura do nosso país, dando a conhecer os autores ao mundo com incentivos de apoio à tradução, etc.
4. Incentivar o ensino através das TIC, devido ao forte crescimento que estas têm tido nos últimos anos. As TIC acrescentarão inovação ao ensino.

David Graddol adverte ainda que não devem existir demasiadas preocupações com as questões de autoridade e propriedade da língua. Afirmar que um excessivo purismo e nacionalismo podem afastar interessados e chama a atenção principalmente para as tensões recentes entre Portugal e o Brasil.

“O Inglês cedo percebeu os custos de tentar impor uma norma e não se esforçou para tentar elevar uma ou outra sua vertente, por isso, centra-se na língua dando maior importância à comunicação e ao carácter global do inglês”<sup>113</sup>.

Assim, o acordo ortográfico deveria centrar-se na aceitação de uma aliança entre as duas normas, ao invés de tentar sobrepor uma à outra.

---

<sup>113</sup> *Promoção da língua portuguesa no mundo* (2007), doc. cit.

## Conclusão:

Como foi dito, o acordo ortográfico é um assunto que se estende há várias décadas e acompanhou o séc. XX. Neste trabalho, apresentaram-se os vários acordos e desacordos, assim como as mudanças e opiniões sobre o assunto.

Hoje, está aprovado um acordo ortográfico que continua a levantar questões bastante pertinentes. Há que repensar se será este o acordo que a língua portuguesa necessita. Questionamo-nos acerca da necessidade de um acordo; acreditamos que sim, mas não este. A língua evolui e cabe aos seus falantes e investigadores conduzi-la para o futuro de acordo com a sua evolução. Deste modo, admitimos que existirão alterações pertinentes a fazer em certas palavras, pois há nelas dificuldades que persistem nos aprendentes do português como L1, L2 e LE e que se prendem a uma raiz etimológica, que nos dias de hoje não será tão precisa.

Sendo uma das oito línguas mais faladas no mundo, é com certeza necessário conduzi-la até aos seus falantes, na sua forma mais eficaz como língua de comunicação, e não apenas na sua forma literária e culta, tendo sempre em vista que a língua está intimamente ligada à nossa identidade. E pensamos que é esta uma das razões que está por detrás da maioria dos argumentos contra.

O povo português é um povo mais fechado, mais pacato e a pronúncia caracteriza isso mesmo; o português fala com a boca mais fechada e o som sai mais para dentro, mais tímido, mais fado. Já o brasileiro é caracteristicamente alegre, carnavalesco, fala com ritmo, com os sons mais abertos, mais samba. Mas não é por isso que a comunicação é dificultada. Na verdade, este Acordo Ortográfico está mais dependente de questões económicas e políticas do que linguísticas.

Portugal, se aceitar apenas uma norma, está a ceder o passo ao Brasil, que tem cerca de 191 milhões de habitantes, muitos recursos e quer entrar na Europa. Por outro lado, se Portugal se aliar ao Brasil na norma linguística, afasta o Português das suas origens, adaptando-o às necessidades dos novos tempos. No entanto, não podemos esquecer que a condição de sobrevivência de uma língua é a de ter falantes; assim, o movimento é no sentido de garantir a unidade (sem confinar a matriz europeia do Português à sua região linguística), bem como a sua valorização e difusão na era do mundo global.

Este acordo, que propõe garantir a unidade linguística de todos os países de expressão portuguesa, valoriza as variantes de Portugal e Brasil. Mas, na verdade, há mais

países que mantêm, apesar das dificuldades, o português como língua oficial e assim se conjuga um *puzzle* de oito cabeças.

Deste modo, há que repensar em certas grafias que se mostram mais elevadas e que se sabe que nunca poderão ser ultrapassadas nem contornadas, pois há uma impossibilidade de unificação. Nesses casos, pensamos que se deveria optar pela ortografia dupla, aceitando as duas grafias da norma culta; sabemos, porém, que a longo prazo, esta decisão conduzirá a uma certa indisciplina na língua; devemos ainda considerar que a pronúncia de algumas palavras será alterada, sobretudo devido à supressão de grupos consonânticos.

Muitos são os problemas e as dúvidas que agora surgem.

Outros acordos anteriormente implementados levantaram dúvidas e foram rejeitados a seu tempo. Lembramos que a escrita que nos dias de hoje defendemos e aceitamos, pela força do hábito, foi em tempos recusada e suscitou sempre várias interrogações e críticas.

Com a promulgação do Acordo, daqui a alguns anos, já ninguém se lembra da forma como pronunciávamos ou escrevíamos as palavras. Nessa altura, os falantes pensarão que estão a falar e a escrever correctamente e, se surgir outra reforma ortográfica a seu tempo, lutarão para manter a norma que hoje recusamos.

Estas novas alterações terão, certamente, um impacto na vida social e cultural em todos os países que implementaram o novo acordo. Visto que estamos temporalmente muito próximos desta mudança, estamos impossibilitados de contabilizar, especificamente, as suas consequências e o impacto que terão.

Será talvez uma comparação rebuscada, tendo em vista que existem outros valores que se levantam, mas, se nos lembrarmos da confusão que a mudança recente (2000) da nossa moeda gerou em Portugal – e que nos dias que decorrem poucos são os que dela se lembram –, podemos pensar que talvez o mesmo vá acontecer com as novas regras da língua portuguesa, que, num futuro, não muito longínquo e pela força do hábito, entrarão na rotina dos falantes do nosso idioma.



## BIBLIOGRAFIA

### Primária:

Anexo I Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Anexo II Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

CASTRO, Ivo & Leiria, Isabel (1987), *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Questão que lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa

### Secundária:

AA. VV. (2004). *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Actas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal.

AGUALUSA, José Eduardo (2006) *Nação Crioula, A Correspondência Secreta de Fradique Mendes*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

ALBUQUERQUE, Luís de (1993), *Dicionário de História dos descobrimentos portugueses I*, Lisboa: Caminho.

ALBUQUERQUE, Luís (s.d), *História dos descobrimentos portugueses I*, Lisboa: Caminho.

ANÇÃ, Maria Helena (2003), *Português – Língua de acolhimento entre contornos e aproximações*, Congresso Internacional sobre história e situação da educação em África e Timor, Universidade nova de Lisboa - FCSH

ARRUDA, Lígia (2004), *Gramática de Português para Estrangeiros*, Porto, Porto Editora.

BERGESTROM, Magnus et NEVES, Reis (2002), *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.

CALVET, L.-J. (2002). *Le marché aux langues - Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon.

CAMARA JR, J. Mattoso (1979). *História e estrutura da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Padrão.

CORDEIRO, Ana Dias (2009), *Acordo ortográfico Argumentos contra e a favor de linguistas e outros especialistas*, Expresso. N° 7210

- CRISTÓVÃO, Fernando *et alli* (s.d), *Dicionário temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- CUNHA, Celso & Cintra, Lindley (2005), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa
- CUNHA, Celso (1985), *Em busca de uma norma objectiva, a questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- FILHO, D'Silvas (2007), *Prontuário, Erros Corrigidos de Português*. Lisboa: Texto Editores.
- EMILIANO, António (2008). *Foi você que pediu um acordo ortográfico?* Guimarães: Guimarães editores.
- ESTRELA, Edite (s.d), *A questão ortográfica. Reforma e acordos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2003), *As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana 1734-1911*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GRAÇA MOURA, Vasco (2008). *Acordo ortográfico: A perspectiva do desastre*. Lisboa: Aletheia Editores
- HOUAISS, Antônio *et al.* (2002) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- LELLO, Edgar *et alli* (1988), *A questão do «Acordo ortográfico» Movimento contra o Acordo Ortográfico*, Maia.
- MALACA CASTELEIRO, João & CORREIRA, Pedro Dinis (2008), *atual, o novo acordo ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Lisboa, Texto Editores.
- MALACA CASTELEIRO, João (1985), *O ensino do português como língua segunda e como língua estrangeira*, in *Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MATTOSE, José (1994), *História de Portugal Sexto volume A segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa
- MATOS E LEMOS (2001), *Dicionário de história universal*. Mem Martins: Editorial Inquérito
- MARQUES, Maria Emília (2003), *Português Língua Segunda*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MIRA MATEUS, Maria Helena, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel H. Faria (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa; Caminho.

MIRA MATEUS, Maria Helena (2002), *As línguas da península ibérica*. Lisboa: Edições Colibri

MIRA MATEUS, Maria Helena *et alli* (2004), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

PEIXOTO DA FONSECA, Fernando Venâncio (1985), *O português entre as línguas do mundo (situação, História, Variedades)*. Coimbra: Livraria Almedina.

PESSOA, Fernando (1997) *A língua portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim.

RICENTO, T., Ed. (2005). *An Introduction to Language Policy, Theory and Method. Language and Social Change*. Oxford: Blackwell Publishing, Reino Unido.

ROCHE, Jean (1967), “O Ensino do Português como Língua Estrangeira”, in *Ocidente* nº72.

SPOLSKY, Bernard (2009). *Language Management, Cambridge*. Cambridge University Press: Reino Unido.

VAZ, Carmo (1983), *Código de escrita, Linguística Portuguesa 1*. Lisboa: Editora Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar & MENDES DA LUZ, Maria Albertina (1971), *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

### **Documentos Online:**

ANDRADE PERES, João (2008) *Breve parecer sobre a entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990*. Documento disponível online [http://localhostr.com/files/d6fbbf/09\\_JAP.pdf](http://localhostr.com/files/d6fbbf/09_JAP.pdf)

LEIRIA, Isabel (s.d), Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. Documento disponível no [sítio Web: http://www.aulainter cultural.org/IMG/pdf/portuguesLSeLE.pdf](http://www.aulainter cultural.org/IMG/pdf/portuguesLSeLE.pdf)

MIRA MATEUS, Maria Helena (2001), *Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreenda que uma língua viva em diferentes culturas?* Documento disponível no sítio-web [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-mhmateus-quando\\_uma\\_lingua\\_vive.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-mhmateus-quando_uma_lingua_vive.pdf)

NUNES DE LEÃO, Duarte (1606). *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck. Obra disponível no sítio Web [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/dig\\_nacional/cd-digita/jpg/res-277-1-v/index-HTML/M\\_index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/dig_nacional/cd-digita/jpg/res-277-1-v/index-HTML/M_index.html)

ORLANDI, Eni (1998) *Ética e política linguística, línguas e instrumentos linguísticos*, citado in sítio-web <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/forum/index.html>

OSÓRIO, Paulo (2009) *Abordagem metodológica para o ensino da escrita em contexto de português língua não materna*. Documento disponível no sítio-web: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo12.pdf>

Portfólio Europeu de Línguas disponível no sítio-web [http://sitio.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/741/portfolio\\_europeu\\_EB23.pdf](http://sitio.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/741/portfolio_europeu_EB23.pdf)

Proposta de Resolução 71/X/3, sítio-web [http://www.apel.pt/gest\\_cnt\\_upload/editor/File/apel/acordo\\_ort/71x3%5B1%5D.pdf](http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/apel/acordo_ort/71x3%5B1%5D.pdf)

*Promoção da língua portuguesa no mundo* (2007), documento disponível no sítio-web: <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf>

Quadro Europeu Comum de Referências disponível no sítio-web [http://www.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/724/Quadro\\_Europeu\\_total.pdf](http://www.dgidec.min-edu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/724/Quadro_Europeu_total.pdf)

#### **Sítios-web:**

Dicionário Priberam: <http://www.priberam.pt/DLPO/>

Dicionário online do Português do Brasil: todas as palavras de A a Z: <http://www.dicio.com.br/>

Ethnologue Languages of the World: [http://www.ethnologue.com/ethno\\_docs/distribution.asp?by=size](http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=size)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf)

Instituto Camões: <http://www.instituto-camoes.pt/>

Instituto de Linguística teórica e computacional <http://www.iltec.pt/>

Ministério dos Negócios Estrangeiros: <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/>

Movimento a favor do a favor do Acordo Ortográfico: <http://causa-nossa.blogspot.com/search?q=acordo+ortogr%C3%A1fico>

Portal da Língua Portuguesa:  
<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=main>.

## **ANEXO I**

### **ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990)**

#### **BASE I DO ALFABETO E DOS NOMES PRÓPRIOS ESTRANGEIROS E SEUS DERIVADOS**

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (â)

b B (bê)

c C (cê)

d D (dê)

e E (ê)

f F (efe)

g G (gê ou guê)

h H (agá)

i I (i)

j J (jota)

k K (capa ou cá)

l L (ele)

m M (eme)

n N (ene)

o O (o)

p P (pê)

q Q (quê)

r R (erre)

s S (esse)

t T (tê)

u U (u)

v V (vê)

w W (dáblio)

x X (xis)

y Y (ípsilon)

z Z (zê)

Obs.:

1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos:

rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados:

Franklin, ftankliniano; Kant, kantistno; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano, Byron, byroniano; Taylor, taylorista;

b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados:

Kwanza; Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional:

TWA, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste (West); kgquilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.

3º) Em congruência com o número anterior, mantém-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes:

comtista, de Comte; garrettiano, de Garrett; jeffersónia/jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller; shakespeareano, de Shakespeare.

Os vocábulos autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de fúcsia/ fúchsia e derivados, bungavília/ bunganvília/ bougainvília).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica ch, ph e th podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como Baruch, Loth, Moloch, Ziph, ou então simplificar-se: Baruc, Lot, Moloc, Zif. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: José, Nazaré, em vez

de Joseph, Nazareth; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: Judite, em vez de Judith.

5º) As consoantes finais grafadas b, c, d, g e h mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropônimos e topónimos/topônimos da tradição bíblica;

Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat.

Integram-se também nesta forma: Cid. em que o d é sempre pronunciado; Madrid e Valhadolid, em que o d ora é pronunciado, ora não; e Calcem ou Calicut, em que o t se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final Jó, Davi e Jacó.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente.

Exemplo: Anvers, substituindo por Antuérpia; Cherbourg, por Cherburgo; Garonne, por Garona; Genève, por Genebra; Justland, por Jutlândia; Milano, por Milão; München, por Munique; Torino, por Turim; Zürich, por Zurique, etc.

## **BASE II**

### **DO H INICIAL E FINAL**

1º) O h inicial emprega-se:

- a) Por força da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor.
- b) Em virtude da adoção convencional: hã?, hem?, hum!.

2º) O h inicial suprime-se:

- a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: erva, em vez de herva; e, portanto, ervaçal, ervanário, ervoso (em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, formas de origem erudita);
- b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobisomem, reabilitar, reaver.

3º) O h inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: anti-higiénico/ anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano.



4º) O h final emprega-se em interjeições: ah! oh!

### **BASE III**

#### **DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS**

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1º) Distinção gráfica entre ch e x: achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixei, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.

2º) Distinção gráfica entre g, com valor de fricativa palatal, e j: adágio, alfageme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frígir, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

3º) Distinção gráfica entre as letras s, ss, c, ç e x, que representam sibilantes surdas: ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acosar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mossã, obsessão, pêssêgo, possesso, remessa, sossegar, acêm, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfaes, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almalço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, língua, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as errôneas/errôneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano,

Maximino, máximo, próximo, sintaxe.

4º) Distinção gráfica entre s de fim de sílaba (inicial ou interior) e x e z com idêntico valor fónico/fônico: adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o x = s muda para s sempre que está precedido de i ou u: justapor, justalinear, misto, sistino (cf. Capela Sistina), Sisto, em vez de juxtaapor, juxtalinear, mixto, sixtina, Sixto.

b) Só nos advérbios em -mente se admite z, com valor idêntico ao de s, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. capazmente, etc.); de contrário, o s toma sempre o lugar do z: Biscaia, e não Bizcaia.

5º) Distinção gráfica entre s final de palavra e x e z com idêntico valor fónico/ fônico: aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez (substantivo e forma do verbo fazer), fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz. A propósito, deve observar-se que é inadmissível z final equivalente a s em palavra não oxítone: Cádiz, e não Cádiz.

6º) Distinção gráfica entre as letras interiores s, x e z, que representam sibilantes sonoras: aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso (nome de lugar, homónimo/homónimo de Luso, nome mitológico), Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obséquio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exhibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinho, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.

#### **BASE IV DAS SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS**

1º) O c, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores cc (segundo c com valor de sibilante), cç e ct, e o p das seqüências interiores pc (c com valor de sibilante), pç e pt, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rapto.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo, aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor, ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.

d) Quando, nas seqüências interiores mpc, mpç e mpt se eliminar o p de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o m passa a n, escrevendo-se, respetivamente, nc, nç e nt: assumpcionista e assuncionista; assumption e assunção; assumptível e assuntível; peremptório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade.

2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o b da seqüência bd, em súbdito; o b da seqüência bt, em subtil e seus derivados; o g da seqüência gd, em amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalato, amígdalite, amígdalóide, amígdalopatia, amígdalotomia; o m da seqüência mn, em amnistia, amnistiar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímodo, onnipotente, onnisciente, etc.; o t da seqüência tm, em aritmética e aritmético.

## **BASE V DAS VOGAIS ÁTONAS**

1º.) O emprego do e e do i, assim como o do o e do u em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim, se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com e e i: ameaça, amear, antecipar, arrepiar, banhar, boreal, campeão, cardeal (prelado, ave, planta; diferente de cardial = "relativo à cárdia"), Ceará, côdea, enseada, entead, Floreal, janeanes, lendea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase (em vez de quási), real, semear, semelhante, várzea; ameixial, Ameixeira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial (adjetivo e

substantivo), corno/a, crânio, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe (e identicamente Filipa, Filipinas, etc.), freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimioso.

b) Com o e u: abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar costume, díscolo, êmbolo, engolir, epístola, esbafonir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocosos, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, tá voa, tavadada, távola, tômbola, veio (substantivo e forma do verbo vir); açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fêmur/fêmur, fistula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua, vitualha.

2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente e e i ou o e u em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se e ou i, se o ou u. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com e, e não com i, antes da sílaba tónica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em -elo e -eia, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: aldeão, aldeola, aldeota por aldeia; areal, areeiro, areento, Areosa por areia; aveal por aveia; baleal por baleia; cadeado por cadeia; candeeiro por candeia; centeeira e centeeino por centeio; colmeal e colmeeiro por colmeia; correada e correame por correia.

b) Escrevem-se igualmente com e, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/ tônica, os derivados de palavras que terminam em e acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: ea, ee): galeão, galeota, galeote, de galé; coreano, de Coreia; daomeano, de Daomé; guineense, de Guiné; poleame e poleeiro, de polé.

c) Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duniense, flaviense, etc.): açoriano, acriano (de Acre), camoniano, goisiano (relativo a Damião de Góis), siniense (de Sines), sofocliano, torniano, torniense (de Torre(s)).

d) Uniformizam-se com as terminações -io e -ia (átonas), em vez de -co e -ea, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal; cúmio (popular), de cume; hástia, de haste; réstia, do antigo neste, véstia,

de veste.

e) Os verbos em -ear podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em -ian, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em -elo ou -eia (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: aldear, por aldeia; alhear, por alheio; cear por ceia; encadear por cadeia; pean, por pela; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas/rizotônicas em -eio, -eias, etc.: clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear, etc. Existem, no entanto, verbos em -iar, ligados a substantivos com as terminações átonas -ia ou -io, que admitem variantes na conjugação: negoceio ou negocio (cf. negócio); premeio ou premio (cf. prémio/prêmio); etc.

f) Não é lícito o emprego do u final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: moto, em vez de mótu (por exemplo, na expressão de moto próprio); tribo, em vez de tribu.

g) Os verbos em -oar distinguem-se praticamente dos verbos em -uar pela sua conjugação nas formas rizotónicas/rizotônicas, que têm sempre o na sílaba acentuada: abençoar com o, como abençoo, abençoas, etc.; destoar, com o, como destoo, destoas, etc.; mas acentuar, com u, como acentuo, acentuas, etc.

## **BASE VI DAS VOGAIS NASAIS**

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre a; por m, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por n se é de timbre diverso de a e está seguida de s: afã, grã, Grã-Bretanha, lã, órfã, sã-braseiro (forma dialetal; o mesmo que são-brasense = de S. Brás de Alportel); clarim, tom, vacum, flautins, semitons, zunzuns.

2º) Os vocábulos terminados em -ã transmitem esta representação do a nasal aos advérbios em -mente que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por z: enistãmente, irmãmente, sãmente; lãzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.

## **BASE VII DOS DITONGOS**

1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por i ou u: ai, ei, éi, ui; au, eu, éu, iu, ou: braços, caixote, deveis, eirado, farnéis (mas farneizinhos), goivo, goivan, lencóis (mas lençoizinhos), tafuis, uivar, cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu (mas ilheuzito), mediu, passou, regougar.

Obs.: Admitem-se, todavia, exceccionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados ae (= âi ou ai) e ao (âu ou au): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos Caetano e Caetana, assim como nos respectivos derivados e compostos (caetaninha, são-caetano, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição a com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo o, ou seja, ao e aos.

2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo grafado ui, e não a seqüência vocálica grafada ue, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -Um: constituis, influi, retribui.

Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado ui de sílaba final ou fim de palavra (azuis, fui, Guardafui, Rui, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -air e em -oer: atrais, cai, sai; móis, remói, sói.

b) É o ditongo grafado ui que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um ii a um i átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como fluido de formas como gratuito. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas ii e i se separem: fluídico, fluidez (u-i).

c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as seqüências vocálicas pós-tónicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por ea, co, ia, ie, lo, oa, ua, ue, uo: áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m. Eis a indicação de uns e outros:

a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: ãe (usado em vocábulos oxítonos e derivados), ãi (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), ão e ãe. Exemplos: cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo; mão, maozinha, não, quão, sôtão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçõezinhas, põe, repões. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo üi; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como rüi = ruim, representa-se sem o til nas formas muito e mui, por obediência é tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante

nasal m são dois: am e em. Divergem, porém, nos seus empregos:

i) am (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: amam, deviam, escreveram, puseram;

ii) em (tônico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: bem, Bembom, Bemposta, cem, devem, nem, quem, sem, tem, virgem; Bencanta, Benfeito, Benfica, benquisto, bens, enfim, enquanto, homenzarrão, homenzinho, nuvenzinha, tens, virgens, amém (variação do ámen), armazém, convém, mantém, ninguém, porém, Santarém, também; convêm, mantêm, têm (3ªs pessoas do plural); armazéns, desdêns, convéns, reténs; Belenzada, vintenzinho.

## **BASE VIII**

### **DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS OXÍTONAS**

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas/tônicas abertas grafadas -a, -e ou -o, seguidas ou não de -s: está, estás, já, olá; até, é, és, olé, pontapé(s); avó(s), dominó(s), paletó(s), só(s).

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em -e tônico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: bebê ou bebê, bidé ou bidê, canapé ou canapê, caraté ou caratê, croché ou crochê, guichê ou guichê, matinê ou matinê, nenê ou nenê, ponjê ou ponjê, puré ou purê, rapé ou rapê.

O mesmo se verifica com formas como cocó e cocô, ré (letra do alfabeto grego) e ré. São igualmente admitidas formas como judô, a par de judo, e metrô, a par de metro.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos lo(s) ou la(s), ficam a terminar na vogal tônica/tônica aberta grafada -a, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: adorá-lo(s) (de adorar-lo(s)), dá-la(s) (de dar-la(s) ou dá(s)-la(s) ou dá(s)-la(s)), fá-lo(s) (de fazer-lo(s)), fá-lo(s)-às (de fazer-lo(s)-as), habita-la(s)-iam (de habitar-la(s)-iam), tra-la(s)-á (de trair-la(s)-á).

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal ) presente do indicativo etc.) ou -ens: acém, detém, deténs, entretém, entreténs, harém, haréns, porém, provém, provéns, também.

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados –êi, éu ou ói, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de –s: anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), véu(s); corrói (de correr), herói(s), remói (de remoer), sóis.

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas/tônicas fechadas que se grafam –e ou –o, seguidas ou não de –s: cortês, dê, dês (de dar), lê, lês (de ler), português, você(s); avô(s), pôs (de pôr), robô(s).

b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos-lo(s) ou la(s), ficam a terminar nas vogais tônicas/tônicas fechadas que se grafam –e ou –o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas –r, -s ou –z: detê-lo(s) (de deter-lo-(s)), fazê-la(s) (de fazer-la(s)), fê-lo(s) (de fez-lo(s)), vê-la(s) (de ver-la(s)), compô-la(s) (de compor-la(s)), repô-la(s) (de repor-la(s)), pô-la(s) (de por-la(s) ou pôs-la(s)).

3º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofônicas/heterofônicas, do tipo de cor (ô), substantivo, e cor (ó), elemento da locução de cor; colher (ê), verbo, e colher (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal pôr, para a distinguir da preposição por.

## **BASE IX**

### **DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PAROXÍTONAS**

1º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano

2º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em –l, -n, -r, -x e –ps, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dútil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis; var. reptil, pl. reptis); cármem (pl. cármenes ou carmens; var. carme, pl. carmes); dólmem (pl. dólmenes ou dolmens), éden (pl. édenes ou edens), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmenes ou lúmens); açúcar (pl. açúcares), almíscar (pl. almíscars), cadáver (pl. cadáveres), caráter ou carácter (mas pl. carateres ou caracteres), ímpar (pl. ímpares); Ájax, córtex (pl. córtex; var. córtice, pl. córtices, índice (pl. índice; var. índice, pl. índices), tórax (pl. tórax ou tóraxes; var. torace, pl. toraces); bíceps (pl. bíceps; var. bicípites, pl. bicípites), fórceps (pl. fórceps; var. fórcipe, pl. fórcipes).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com a vogais tônicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e



n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): sémen e sêmen, xénon e xênon; fêmure fémur, vómer e vômer; Fénix e Fênix, ónix e ônix.

b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -ã(s), -ão(s), -ei(s), -i(s), -um, -uns ou -us: órfã (pl. órfãs), acórdão (pl. acórdãos), órgão (pl. órgãos), órgão (pl. órgãos), sótão (pl. sótãos); hóquei, jóquei (pl. jóqueis), amáveis (pl. de amável), fáceis (pl. de fácil), fósseis (pl. de fóssil), amáveis (de amar), amáveis (id.), cantaréis (de cantar), fizéreis (de fazer), fizésseis (id.); beribéri (pl. beribéris), bílis (sg. e pl.), íris (sg. e pl.), júri (di. júris), oásis (sg. e pl.); álbum (di. álbuns), fórum (di. fóruns); húmus (sg. e pl.), vírus (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: pónei e pônei; gónis e gônis, pénis e pênis, ténis e tênis; bónus e bônus, ónus e ônus, tónus e tônus, Vénus e Vênus.

3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por ei e oi da sílaba tônica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: assembleia, boleia, ideia, tal como aldeia, baleia, cadeia, cheia, meia; coreico, epopeico, onomatopeico, proteico; alcaloide, apoio (do verbo apoiar), tal como apoio (subst.), Azoia, hoia, boina, comboio (subst.), tal como comboio, comboias, etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, introito, jiboia, moina, paranoico, zoína.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tônica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tônica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -l, -n, -r, ou -x, assim como as respectivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: cônsul (pl. cônsules), pênsil (pl. pênseis), têxtil (pl. têxteis); cânon, var. cânone (pl. cânones), plâncton (pl. plânctons); Almodôvar, aljôfar (pl. aljôfares), âmbar (pl. âmbares), Câncer, Tânger; bômbax(sg. e pl.), bômbix, var. bômbice (pl. bômbices).

b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tônica/tônica, as

vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -ão(s), -eis, -i(s) ou -us: bênção(s), côvão(s), Estêvão, zângão(s); devêreis (de dever), escrevêsseis (de escrever), fôreis (de ser e ir), fôsseis (id.), pênseis (pl. de pênsil), têxteis (pl. de têxtil); dândi(s), Mênfis; ânus.

c) As formas verbais têm e vêm, 3ªs pessoas do plural do presente do indicativo de ter e vir, que são foneticamente paroxítonas (respectivamente / tãjãj /, / vãjãj / ou / têêj /, / vêêj / ou ainda / têtêj /, / vêtêj /; cf. as antigas grafias preteridas, têm, vêm, a fim de se distinguirem de tem e vem, 3ªs pessoas do singular do presente do indicativo ou 2ªs pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: abstêm (cf. abstém), advêm (cf. advém), contêm (cf. contém), convêm (cf. convém), desconvêm (cf. desconvém), detêm (cf. detem), entretem (cf. entretém), intervêm (cf. intervém), mantêm (cf. mantém), obtêm (cf. obtém), provêm (cf. provém), sobrevêm (cf. sobrevém).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias detêm, intervêm, mantêm, provêm, etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

a) Obrigatoriamente, pôde (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), no que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (pode).

b) Facultativamente, dêmos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma (substantivo), distinta de forma (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo formar).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tônica oral fechado em hiato com a terminação -em da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: creem deem (conj.), descreem, desdeem (conj.), leem, preveem, redeem (conj.), releem, reveem, tresleem, veem.

8º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tônica/tônica fechada com a grafia o em palavras paroxítonas como enjoo, substantivo e flexão de enjoar, povoo, flexão de povoar, voo, substantivo e flexão de voar, etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: para (â), flexão de parar, e para, preposição; pela(s) (ê), substantivo e flexão de pelar, e pela(s), combinação de per e la(s); pelo (ê), flexão de pelar, pelo(s) (ê), substantivo ou combinação de per e lo(s); polo(s) (ó), substantivo, e polo(s), combinação antiga e popular de por e lo(s); etc.

10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas

homógrafas heterofônicas/heterofônicas do tipo de acerto (ê), substantivo, e acerto (é), flexão de acertar; acordo (ô), substantivo, e acordo (ó), flexão de acordar; cerca (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva cerca de, e cerca (é), flexão de cercar; coro (ó), substantivo, e flexão de corar; deste (ê), contracção da preposição de com o demonstrativo este, e deste (é), flexão de dar; fora (ô), flexão de ser e ir, e fora (ó), advérbio, interjeição e substantivo; piloto (ô), substantivo, e piloto (ó), flexão de pilotar, etc.

## **BASE X**

### **DA ACENTUAÇÃO DAS VOGAIS TÓNICAS/TÔNICAS GRAFADAS**

#### **I E U DAS PALAVRAS OXÍTONAS E PAROXÍTONAS**

1º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de s: adaís (pl. de adail), aí, atraí (de atrair), baú, caís (de cair), Esaú, jacuí, Luís, país, etc.; alaúde, amiúde, Araújo, Ataíde, atraíam (de atrair), atraísse (id.) baía, balaústre, cafeína, ciúme, egoísmo, faísca, faúlha, graúdo, influíste (de influir), juízes, Luísa, miúdo, paraíso, raízes, recaída, ruína, saída, sanduíche, etc.

2º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de nh, l, m, n, r e z: bainha, moinho, rainha; adail, paul, Raul; Aboim, Coimbra, ruim; ainda, constituinte, oriundo, ruins, triunfo; atrair, demiurgo, influir, influirmos; juiz, raiz; etc.

3º) Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada i das formas oxítonas terminadas em r dos verbos em -air e -uir, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas -lo(s), -la(s), que levam à assimilação e perda daquele -r: atraí-lo(s), (de atrair-lo(s)); atraí-lo(s)-ia (de atrair-lo(s)-ia); possuí-la(s) (de possuir-la(s)); possuí-la(s)-ia (de possuir-la(s) -ia).

4º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: baiuca, boiuno, cauila (var. cauíra), cheinho (de cheio), sainha (de saia).

5º) Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas i e u quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de s: Piauí, teiú, teiús, tuiuiú, tuiuiús.

Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de s, tais vogais dispensam o acento agudo: cauim.

6º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados iu e ui, quando precedidos de vogal: distraiu, instruiu, paús (pl. de paul).

7º) Os verbos aguir e redarguir prescindem do acento agudo na vogal tónica/tônica grafada u nas formas rizotónicas/rizotônicas: arguo, arguis, argui, arguem; argua, arguas, argua, arguam. O verbos do tipo de aguar, apaniguar, apaziguar, aproximar, averiguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir e afins,

por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotônicas/rizotônicas igualmente acentuadas no u mas sem marca gráfica (a exemplo de averiguo, averiguas, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averiguem; enxaguo, enxaguas, enxagua, enxaguam; enxague, enxagues, enxague, enxaguem, etc.; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem; mas delinquimos, delinquis) ou têm as formas rizotônicas/rizotônicas acentuadas fônica/fônica e graficamente nas vogais a ou i radicais (a exemplo de averíguo, averíguas, averígua, averíguam; averígue, averígues, averígue, averíguem; enxáguo, enxáguas, enxágua, enxáguam; enxágue, enxágues, enxágue, enxáguem; delínquo, delínques, delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínqua, delínquam).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em -ingir (atingir, cingir, constringir, infringir, tingir, etc.) e os verbos em -inguir sem prolação do u (distinguir, extinguir, etc.) têm grafias absolutamente regulares (atinjo, atinja, atinge, atingimos, etc.; distingo, distingua, distingue, distinguimos, etc.).

## **BASE XI**

### **DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PROPAROXÍTONAS**

1º) Levam acento agudo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta: árabe, cáustico, Cleópatra, esquálido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;
- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo, etc.): álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.

2º) Levam acento circunflexo:

- a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: anacreôntico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos (de ser e ir), Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspêra, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;
- b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tônica/tônica, e terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio.

3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais

ou aparentes, cujas vogais tônicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas m ou n, conforme o seu timbre é, respetivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua:  
académico/acadêmico, anatómico/anatômico, cénico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/ fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo;  
Amazónia/Amazônia, António/Antônio, blasfémia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gémeo/gêmeo, génio/gênio, ténue/tênué.

## **BASE XII**

### **DO EMPREGO DO ACENTO GRAVE**

1º) Emprega-se o acento grave:

- a) Na contração da preposição a com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo o: à (de a+a), às (de a+as);
- b) Na contração da preposição a com os demonstrativos aquele, aquela, aqueles, aquelas e aquilo ou ainda da mesma preposição com os compostos aqueloutro e suas flexões: àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

## **BASE XIII**

### **DA SUPRESSÃO DOS ACENTOS EM PALAVRAS DERIVADAS**

1º) Nos advérbios em -mente, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: avidamente (de ávido), debilmente (de débil), facilmente (de fácil), habilmente (de hábil), ingenuamente (de ingênuo), lucidamente (de lúcido), mamente (de má), somente (de só), unicamente (de único), etc.; candidamente (de cândido), cortesmente (de cortês), dinamicamente (de dinâmico), espontaneamente (de espontâneo), portuguesmente (de português), romanticamente (de romântico).

2º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por z e cujas formas de base apresentam vogal tónica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: anezinhos (de anéis), avozinha (de avó), bebezito (de bebê), cafezada (de café), chepeuzinho (de chapéu), chazeiro (de chá), heroizito (de herói), ilheuzito (de ilhéu), mazinha (de má), orfãozinho (de órfão), vintenzito (de vintém), etc.; avozinho (de avô), bençãozinha (de bênção), lampadazita (de lâmpada), pessegozito (de pêssego).

## **BASE XIV**

### **DO TREMA**

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aporuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: saudade, e não saüdade, ainda que tetrassílabo; saudar, e não saüdar, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um i ou um u de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir,

também em sílaba átona, um i ou um u de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tônica/tônica ou átona, o u de gu ou de qu de um e ou i seguintes: arruinar, constituiria, depoimento, esmiuçar, faiscar, faulhar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiué, caixi, piauiense; aguentar, anguiforme, arguir, bilíngue (ou bilingue), lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: hübneriano, de Hübner, mülleriano, de Müller, etc.

## **BASE XV**

### **DO HÍFEN EM COMPOSTOS, LOCUÇÕES E ENCADEAMENTOS VOCABULARES**

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, orce-bispo-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, cifro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.

2º) Emprega-se o hífen nos topónimos/topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos grã, grão ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.

Obs.: Os outros topónimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc. O topónimo/topônimo Guiné-Bissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).

4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios bem e mal, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica

e tal elemento começa por vogal ou h. No entanto, o advérbio bem, ao contrário de mal, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado (cf. malcriado), bem-ditoso (cf. malditoso), bem-falante (cf. malfalante), bem-mandado (cf. malmandado). bem-nascido (cf. malnascido), bem-soante (cf. malsoante), bem-visto (cf. malvisto).

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio bem aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença, etc.

5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos além, aquém, recém e sem: além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-fiar, aquém-Pireneus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha.

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

- a) Substantivas: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;
- b) Adjetivas: cor de açafrão, cor de café com leite, cor de vinho;
- c) Pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;
- d) Adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso;
- e) Prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;
- f) Conjuncionais: afim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.

7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa Liberdade-Igualdade-Fraternidade, a ponte Rio-Niterói, o percurso Lisboa-Coimbra-Porto, a ligação Angola-Moçambique, e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: Áustria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro, etc.).

## **BASE XVI**

### **DO HÍFEN NAS FORMAÇÕES POR PREFIXAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E SUFIXAÇÃO**

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: aero-, agro-,

arqui-, auto-, hio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto-, pseudo-, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por h: anti-higiênico/anti-higiénico, circum-hospitalar, co-herdeiro, contra-harmônico/contra-harmônico, extra-humano, pré-história, sub-hepático, super-homem, ultra-hiperbólico; arquihipérbole, eletro-higrómetro, geo-história, neo-helénico/neo-helênico, pan-helenismo, semi-hospitalar.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos des- e in- e nas quais o segundo elemento perdeu o h inicial: desumano, desumidificar, inábil, inumano, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: anti-ibérico, contra-almirante, infra-axilar, supra-auricular; arqui-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno.

Obs.: Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o: coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar, etc.

c) Nas formações com os prefixos circum- e pan-, quando o segundo elemento começa por vogal, m ou n (além de h, caso já considerado atrás na alínea a): circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude.

d) Nas formações com os prefixos hiper-, inter- e super-, quando combinados com elementos iniciados por r: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.

e) Nas formações com os prefixos ex- (com o sentido de estado anterior ou cessamento), sota-, soto-, vice- e vizo-: ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira, ex-presidente, ex-primeiro-ministro, ex-rei; sota-piloto, soto-mestre, vice-presidente, vice-reitor, vizo-rei.

f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente pós-, pré- e pró-, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): pós-graduação, pós-tónico/pós-tônicos (mas pospor); pré-escolar, pré-natal (mas prever); pró-africano, pró-europeu (mas promover).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, cosseno,



extrarregular, infrassom, minissaia, tal como hiorritmo, hiossatélite. eletrossiderurgia, microssistema, microrradiografia.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: antiaéreo, coeducação. extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.

3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como açu, guaçu e mirim, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim.

## **BASE XVII**

### **DO HÍFEN NA ÊNCLISE, NA TMESE E COM O VERBO HAVER**

1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na timese: amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos.

2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição de às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: hei de, hás de, hão de, etc.

Obs.:

1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais quer e requer, dos verbos querer e requerer, em vez de quere e requere, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: quere-o(s), requere-o(s). Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) qué-lo e requé-lo são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio eis (eis-me, ei-lo) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo no-lo, vo-las, quando em próclise (por ex.: esperamos que no-lo comprem).

## **BASE XVIII**

### **DO APÓSTROFO**

1º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: d'Os Lusíadas, d'Os Sertões; n 'Os Lusíadas, n 'Os Sertões; pel' Os Lusíadas, pel' Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição a com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: a A Relíquia, a Os Lusíadas (exemplos: importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = à, a Os = aos, etc.

b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, tu'A, t'A, lh'A, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição a com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: a O, a Aquele, a Aquela (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a O = ao, a Aquela = àquela, etc.). Exemplos frásicos: a O que tudo pode: a Aquela que nos protege.

c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas santo e santa a nomes do hagiológico, quando importa representar a elisão das vogais finais o e a: Sant"Ana, Sant'Lago, etc. É, pois, correto escrever: Calçada de Sant'Ana. Rua de Sant'Aina; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas Sant'Ana e Sant'Iago, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém. Em paralelo com a grafia Sant'Ana e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um o final: Nun'Álvares, Pedr'Eanes.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares, etc.

d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do e da preposição de, em combinação com substantivos: horda-d'água. cobrad'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mào-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.

2º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições de e em com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nas alíneas 1º a) e 1º b) ). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

i) do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);

ii) no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalgué.

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, dourora; de alguém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial de ora avante como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: doravante.

Obs.: Quando a preposição de se combina com as formas articulares ou pronominais o, a, os, as, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: afim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer; por causa de aqui estares.

## **BASE XIX**

### **DAS MINÚSCULAS E MAIÚSCULAS**

1º) A letra minúscula inicial é usada:

- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.
- b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.
- c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maisúcula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): O Senhor do paço de Ninães, O Senhor do paço de Ninães, Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e Tambor.
- d) Nos usos de fulano, sicrano, beltrano.
- e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): norte, sul (mas: SW sudoeste).
- f) Nos axiônimos/axiônimos e hagiônimos/hagiônimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o Cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).
- g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).

2º) A letra maiúscula inicial é usada:

- a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.
- b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.
- c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Neptuno/ Netuno.
- d) Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.
- e) Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.
- f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: O Primeiro de Janeiro, O Estado de São Paulo (ou S. Paulo).
- g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países,

Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático.

h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H<sub>2</sub>O, Sr., V. Ex<sup>a</sup>..

i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista), de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

## **BASE XX DA DIVISÃO SILÁBICA**

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (a-ba-de, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, te-me-se), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (a-ba-li-e-nar, bi-sa-vo, de-sa-pa-re-cer, di-sú-ri-co, e-xâ-ni-me, hi-pe-ra-cús-ti-co, i-ná-bil, o-ho-vaí, su-bo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumprir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1º) São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em h, ou d: ab-legação, ad-ligar, sub-lunar, etc., em vez de ablegação, a-dligar, su-blunar, etc.) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um l ou um r: ablução, ce-le-brar, duplicação, re-primir; a-clamar, de-creto, de-glutição, re-grado; atlético, cáte-dra, períme-tro; a-fluir, a-fricano, ne-vrose.

2º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de m ou n, com valor de anasalidade, e uma consoante: ab-dicar, Ed-gordo, op-tar, sub-por, absoluto, ad-jetivo, af-ta, bet-samita, íp-silon, ob-viar; des-cer, dis-ci-plina, flores-cer, nas-cer, res-cisão; ac-ne, ad-mirável, Daf-ne, diafrag-ma, drac-ma, ét-nico, rit-mo, sub-meter, am-nésico, interam-nense; bir-reme, cor-roer, pror-rogar; as-segurar, bis-secular, sos-segar; bissex-lo,

conex-to, ex-citar, atroz-mente, capaz-mente, infeliz- mente; ambição, desen-ganar, en-xame, man-chu, Mân-lho, etc.

3º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de m ou n, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: cambraia, ec-tlipse, em-blema, ex- plicar, in-cluir, ins-cricção, subs-crever, trans-gredir; abs-tenção, disp- neia, inters-telar, lamb-dacismo, sols-ticial, Terp-sícore, tungs-tênio.

4º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: ai-roso, cadei-ra, insti-tui, ora-ção, sacris-tães, traves-sões) podem, se a primeira delas não é u precedido de g ou q, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: ala-úde, áre-as, co-apeba, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo- as, vo-os. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais:

cai-ais, caí-eis, ensaí-os, flu-iu.

5º) Os digramas gu e qu, em que o u se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (ne- gue, ne- guei; pe- que, pe- quei, do mesmo modo que as combinações gu e qu em que o u se pronuncia: á-gua, ambí-guo, averi-gueis; longín-quos, lo-quaz, quais- quer.

6º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: ex-alferes, serená- -los-emos ou serená-los- -emos, vice- -almirante.

## **BASE XXI**

### **DAS ASSINATURAS E FIRMAS**

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

## **PROTOCOLO MODIFICATIVO AO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Considerando que até à presente data o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em Dezembro de 1990,

ainda não foi ratificado por todas as partes contratantes;

Que o referido texto original do Acordo estabelecia, em seu artigo 3, que o referido Acordo entraria em vigor no dia 01 de Janeiro de 1994, após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados junto ao Governo da República Portuguesa;

Que o artigo 2 do Acordo, por sua vez, previa a elaboração, até 01 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, referente às terminologias científicas e técnicas;

Decidem as partes dar a seguinte nova redacção aos dois citados artigos:

**"Art. 2 —** Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

**"Art. 3 —** O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa"